



Ricardo Nuno Lopes Martins Garcia Monteiro

O associativismo como veículo da cultura municipal

Relatório de Estágio em Política Cultural e Autárquica, orientado pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, coordenadora do Mestrado em Política Cultural e Autárquica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



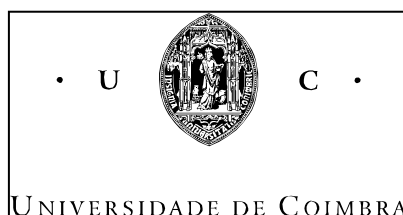
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*O associativismo como
veículo da cultura
municipal em tempos de
crise no Município de
Seia*

Trabalho realizado no âmbito, do estágio do 2º ano do Mestrado em Política Cultural e Autárquica, realizado na Divisão Sociocultural, do Município de Seia com a orientação das:

Doutora Maria Helena Da Cruz Coelho – Universidade de Coimbra

Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado - Chefe de Divisão Sociocultural, do Município de Seia



ÍNDICE

Índice	2
Agradecimentos	4
1 - Introdução	6
2 – Breve resenha Geográfica e Histórica de Seia	9
2.1 - Território e População	10
2.2 – Breve resenha Histórica	13
2.3 – Esboço Económico-social	17
3 - A Génese do Movimento Associativo em Portugal	19
4 – Os Municípios e as Políticas Culturais	25
5 – Associações e Política Cultural Autárquica	38
6 - Caracterização do Associativismo de Seia	40
6.1 – Distribuição Geográfica	40
6.2 – Distribuição Tipológica	43
6.3 – Estudos de Caso	47
7 - A Política Cultural de Seia e o Associativismo	60
8 - Perspetivas para o Futuro	69
9 - Síntese Conclusiva	73
Bibliografia	76
Webgrafia	79
Anexos	81
Anexo I - Base de Dados sobre as associações (Exemplo)	82
Anexo II - Inquérito	84
Anexo III – Inquéritos Respondidos	89
Anexo V- Legislação Aplicável	121
Anexo VI – Associações distribuídas segundo a sua atividade	129

AGRADECIMENTOS

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para todos os homens e mulheres que enquanto indivíduos constituintes deste mundo, cada vez mais individualista e egocêntrico, decidiram descentrar-se e empreender um trabalho que exige muito de cada um de nós, o de tornar possível a existência do movimento associativo. Ao longo deste estudo, poderá verificar-se que ele é extremamente significativo para um Município como o de Seia.

Ser dirigente associativo é assumir, em grande parte, o desenvolvimento sustentado e sustentável, do tecido económico-social de uma região. Sem a existência dos movimentos associados, Portugal e o mundo não teriam avançado, pois estes grupos congregam indivíduos que se unem em volta do mesmo objetivo, pelo qual lutam no seu quotidiano, para que seja um sucesso. Todavia, como se poderá verificar ao longo do trabalho, muitas vezes estas associações foram utilizadas como meio de diferenciação social e de difusão de ideários. Haverá, pois, que ter cautelas quando se analisa o movimento associativo, devendo olhar para ele com muito sentido crítico mas também conscientes de que, muitas vezes, as associações assumem o trabalho que as Administrações Central e Local, não conseguem ou não querem realizar.

A realização do estágio profissional de Mestrado em Política Cultural e Autárquica, na Câmara Municipal de Seia, assim como o resultado do trabalho produzido não seriam possíveis sem a colaboração e a boa vontade daqueles a quem a seguir me refiro com imensa gratidão:

À Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, pela disponibilidade e confiança que depositou em mim ao aceitar orientar a elaboração deste trabalho, que constitui o relatório de estágio do Mestrado em Política Cultural e Autárquica, mas também pela revisão formal, leitura e comentários ao trabalho realizado, que foram determinantes para a sua melhoria.

À Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado, Chefe de Divisão Sociocultural, que despendeu uma parte significativa do seu tempo para poder orientar o trabalho que propus realizar.

Ao Dr. Luís Miguel, chefe de Divisão Financeira, que procurou ajudar-me na compilação dos dados relativos aos apoios dados pelo Município de Seia nos últimos 10 anos (2002 a 2012).

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia, o Dr. Carlos Filipe Camelo Miranda Figueiredo, que permitiu que este trabalho pudesse ser realizado no seio da Divisão Sociocultural da Autarquia.

À minha família que me acompanhou e suportou ao longo deste percurso.

1 - INTRODUÇÃO

O associativismo como veículo da cultura municipal em tempos de crise é o resultado final do trabalho desenvolvido durante o estágio profissional de Mestrado em Política Cultural e Autárquica, na Divisão Sociocultural da Câmara Municipal de Seia. Com a realização deste estágio e a respetiva compilação dos dados recolhidos no Município de Seia, na Divisão Sociocultural, procurei levar a cabo um levantamento das associações existentes no Município e saber, junto delas, a forma como se relacionam ou se podem vir a relacionar com o mesmo.

Desta forma, procurei aprofundar/criar sinergias (redes) que permitam uma melhor rentabilização do trabalho efetuado sem que, com isso, exista uma perda de identidade pessoal que se encontra na génese da criação da própria associação.

Para tal, solicitei a ajuda do Município de Seia, no sentido de este poder ser o elo de ligação entre o indivíduo que procura realizar um trabalho que possa ter utilidade para a edilidade e os elementos intervenientes, pois acredito que em tempos de crise se torna cada vez mais importante o serviço realizado pelas associações junto da população. Tendo em conta que, este ponto é crucial para um desenvolvimento sustentável e sustentado de uma população culturalmente saudável, proponho-me, com este trabalho, a abrir caminho para a criação de um grupo de reflexão no seio da sociedade senense, sobre a forma como o associativismo e o Município se correlacionam, e, sobre a maneira como estes podem ser veículos dinamizadores de um conceito saudável de cultura sustentada na sociedade civil local.

Quando pensei realizar este trabalho, sabia que não iria ser fácil, tendo em conta os diversos constrangimentos a enfrentar. Assim, depois de identificar os obstáculos e de esclarecer os pontos que queria tratar, lancei mãos à obra e procurei levar a bom porto este desafio, consciente de que tratar o tema do associativismo num Município tão ativo, como é o de Seia, não iria ser fácil e, de facto, não foi.

Com vista a um melhor conhecimento do trabalho realizado pelas associações, comecei por realizar um levantamento do número existente, consultando, para este efeito, os dossiês existentes no Município de Seia. Cheguei, então, à conclusão de que esta tarefa de recolha de dados seria extremamente difícil, tendo em conta a pouca informação existente nesses dossiês, pois, nalguns casos, existia apenas um índice com o nome das associações.

Na sua totalidade, não existem elementos como sejam: um historial, um plano de atividades ou um relatório de contas atualizado, carências agudizadas pelo facto de, em muitos casos, se desconhecer se estas associações estarão ainda ativas.

Após ter registado o nome das associações, cheguei a uma primeira conclusão - existem no Município de Seia cerca de 138 associações, espalhadas pelas 29 freguesias que constituem o Concelho de Seia.

Realizado este primeiro levantamento, propus-me atualizar os contactos existentes e, nalguns casos até, encontrar a informação inexistente criando uma base de dados¹, onde, inclusive, acrescentei mais algumas informações, que deveriam, na minha opinião, estar presentes na página do Município, no separador relativo às associações, que também foi consultado e que se encontra desatualizado e incompleto.

Estes dados foram entregues em formato digital para que, mais tarde, o Município os possa inserir. Esta base de dados é constituída pelos seguintes dados: Nome, Morada, Contactos (telefone, e-mail, e páginas existentes da associação).

Com o objetivo de completar esta informação, procurei realizar um inquérito, que se encontra no anexo II, onde, através de um questionário, procurei fazer um mapa das associações existentes, o tipo de trabalho que realizam, quais as condições que possuem para a prossecução dos seus objetivos, entre outros dados relevantes, como a constituição diretiva, e também, saber junto destas, qual seria a sua opinião em relação aos apoios recebidos por parte do Município.

Pretendia, assim, perceber de que maneira se podia melhorar o trabalho realizado entre o Município e as Associações, para conseguir aumentar sinergias.

O trabalho associativo é de extrema importância para o desenvolvimento do Concelho de Seia, bastando, para isso, ver a quantidade e a diversidade das associações existentes no Concelho. Antes e após o envio dos formulários, ainda procurei, através da pesquisa na internet, complementar a informação existente, sendo que, das 138 associações, 27 não possuíam qualquer tipo de contacto, pelo que se poderá aferir que tais entidades já não existam.

Sendo assim, decidi, tomando a parte pelo todo, fazer através do método de amostragem, um retrato do que seria a página a criar/melhorar, inserida na divulgação do Município de Seia relativa ao associativismo, utilizando para tal, quatro associações de diferentes áreas de atividade: *Rancho Folclórico "Os Camponeses da Teixeira", Banda Sociedade*

¹ Vide anexo I.

Musical "Estrela da Beira", Associação Recreativa - Liga de Amigos de Frádigas, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Seia. Através desta amostra, poder-se-á também verificar que o movimento associativo em Seia é diverso, isto é, não abrange apenas uma área de atividade.

Em seguida, e querendo projetar um futuro melhor no que concerne à criação de uma associação, procurei fazer um enquadramento jurídico, reportando-me, essencialmente, ao tipo de instituições existentes no Concelho de Seia. Creio que é importante para se aferir melhor o funcionamento destas, perceber o seu enquadramento jurídico-legal. Assim, como informação complementar, apresentei as bases legais relacionadas com o estatuto do dirigente associativo, o estatuto de utilidade pública e a informação de carácter financeiro².

Para melhor compreender a importância do movimento associativo de Seia, procurei obter, junto do Município, dados relativos aos apoios atribuídos e aos contratos estabelecidos. Este ponto será tratado no capítulo *Apoios Atribuídos pelo Município de Seia nos Últimos 10 Anos (2002-2012)*, onde farei uma descrição mais pormenorizada sobre o tipo de apoios atribuídos e a qual a forma como foram distribuídos.

Durante o estágio, para além de ter sido produzido o trabalho do qual resultou este relatório, tive ainda a oportunidade de conhecer as estruturas culturais ao serviço do Município, a saber: A Biblioteca Municipal, o Museu do Brinquedo, o Museu Natural da Eletricidade, o CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, a Ludoteca Municipal, a Casa da Cultura e o Posto de Turismo, onde me foi facultado um gabinete de trabalho. Assim, conheci a forma como funcionavam os serviços da Divisão Sociocultural do Município de Seia, percebendo a sua articulação e o modo como poderiam interagir com o associativismo.

Para a execução deste relatório, procedi a pesquisas generalistas, em matéria de bibliografia, publicações, portais nacionais na internet, relacionados com a temática do associativismo e com as associações, constantes da bibliografia e da webgrafia deste.

Alguns estudos, revestem-se de suma importância para uma análise de carácter mais generalista do associativismo enquanto vertente fundamental da ação do Estado-Providência na resolução dos problemas sociais-urbanos, contexto, em que, por vezes, se substitui ao Estado e aos agentes privados.

² Vide anexo V.

Os constrangimentos que advêm do facto de este relatório ter de ser, necessariamente, limitado no espaço e no tempo, levaram a que se tivesse que fazer uma cuidadosa seleção das obras e da informação a inserir. Procurei, portanto, delimitar o trabalho ao âmbito da temática *O associativismo como veículo da cultura municipal em tempos de crise*.

Ao verificar que os estudos existentes sobre a temática do associativismo no Concelho de Seia são quase nulos, acho que este poderá ser mais um instrumento para a realização futura de um trabalho mais aprofundado. Sobre esta temática, apenas encontrei uma breve abordagem realizada pelo Padre Dr. Quelhas Bigotte³.

2 – BREVE RESENHA GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DE SEIA

³ BIGOTTE, Padre Dr. Quelhas – *Monografia da cidade e concelho de Seia*, 3ª edição corrigida e aumentada, Câmara Municipal de Seia, 1992.

2.1 - TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

Seia pertence ao distrito da Guarda, região centro (NUT II) e sub-região da Serra da Estrela (NUT III), com cerca de 5 702 habitantes.⁴



Figura 1 - Localização de Seia em Portugal.
Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

É delimitado, a oeste, por Oliveira do Hospital (distrito de Coimbra), a sul, pela Covilhã (distrito de Castelo Branco), a este, pelo concelho de Manteigas e, a norte e nordeste, pelo concelho de Gouveia.

É a maior cidade da sub-região da Serra da Estrela, a segunda maior do Distrito da Guarda e fica, sensivelmente equidistante, das cidades da Guarda e Viseu.

Seia é um dos concelhos em que se situa o ponto mais elevado de Portugal Continental, a Torre, na Serra da Estrela, com 1993 metros de altitude, e, o segundo ponto mais alto de todo o país, apenas atrás da montanha do Pico, nos

Açores, juntamente com os concelhos da Covilhã e de Manteigas.

O concelho de Seia abrange uma grande parte da Serra da Estrela e é também o único de Portugal onde existe uma estância de esqui natural, a Estância de Esqui Vodafone, localizada dentro dos limites da freguesia de Loriga.

⁴ PORTUGUÊS. Instituto Geográfico - “Uma população que se urbaniza, Uma avaliação recente – Cidades”, 2004



Figura 2 - Torre o ponto mais alto de Portugal Continental

Fonte: Ricardo Monteiro



Em termos administrativos, o Município de Seia subdivide-se em 29 freguesias, designadamente: Alvoco da Serra, Cabeça, Carragozela, Folhadosa, Girabolhos, Lages, Lapa dos Dinheiros, Loriga, Paranhos da Beira, Pinhanços, Sabugueiro, Sameice, Sandomil, Santa Comba, Santa Eulália, Santa Marinha, Santiago, São Martinho, São Romão, Sazes da Beira, Seia, Teixeira, Torrocelo, Tourais, Travancinha, Valezim, Várzea de Meruge, Vide e Vila Cova à Coelheira, unidades territoriais que apresentam características bastante distintas entre si, nomeadamente, ao nível morfológico e climático.

O Município de Seia ocupa uma área de 436 km², o que corresponde a 50% da área da Sub-região da Serra da Estrela (872 Km²), sendo, do ponto de vista físico, marcado por um claro contraste entre o sector Meridional e Setentrional.

Assim, a Sul, no limite entre as Serras da Estrela e do Açor, domina uma paisagem muito acidentada e de vertentes abruptas, com altitudes compreendidas entre 300-1100 metros, caracterizada por uma rede hidrográfica densa e de traçado muito sinuoso.

Por seu turno, a Norte, destaca-se a depressão tectónica designada de “bacia de Seia”, que se estende desde o Sopé da Serra da Estrela até ao Vale Médio do Mondego e apresenta um abatimento de 50 metros relativamente aos níveis médios desta plataforma. Ainda na metade setentrional, a Oriente, o relevo apresenta-se constituído por um conjunto de plataformas desniveladas, que traduzem a génese tectónica da Serra da Estrela, e que alcançam uma altitude máxima de 1993 metros no planalto da Torre.

A rede hidrográfica encontra-se orientada no sentido Este-Oeste e perfeitamente adaptada às linhas da tectónica. Com nascente no Fragão das Penhas, o rio Alva, percorre o Município de Seia no sector Sudoeste, no qual apresenta um desnível significativo.

A forte precipitação, que se verifica durante o período de Inverno, traduz-se na existência de uma vasta rede hidrográfica. Com efeito, a rede hidrográfica concelhia é densa, destacando-se como cursos de água principais, o Rio Alva e o Rio Seia que atravessam o Concelho, longitudinalmente. O primeiro, mais a Sul, e o segundo, entre Pinhanços e a área limítrofe entre Travancinha e Tourais. O território concelhio integra também a bacia hidrográfica do Mondego. O Rio Alva, que nasce próximo do Sabugueiro, à cota de

aproximadamente 1700 metros, constitui um dos principais afluentes da margem esquerda do Mondego, confluindo com este a cerca de 4km a montante de Penacova. Dispondo de um vasto conjunto de ribeiras, entre as quais se destaca a Ribeira do Alvoco, situada no sector Sul, Seia integra, ainda, várias Lagoas, tendencialmente concentradas na Serra da Estrela, entre as quais se destaca, pela sua maior dimensão, a Lagoa Comprida.



Figura 4 - Lagoa Comprida

Fonte: Ricardo Monteiro

No que
observar
entre a

se refere aos
declives, podemos
um claro contraste
vertente Noroeste,

onde os declives são pouco acentuados, e o restante território municipal, onde os declives são mais significativos, devido não só à tectónica, mas também à glaciação que moldou vertentes abruptas, nomeadamente, nos vales glaciares de Loriga, Covão Grande e Covão do Urso.

Do ponto de vista ambiental, o município de Seia apresenta contrastes espaciais, enquadrando-se os sectores basais ocidentais e as áreas mais elevadas no domínio de influência atlântica, ao passo que nas áreas a Oriente e a Sul predomina a influência do clima mediterrâneo. O clima do concelho é temperado, com temperaturas moderadas no Verão e frio no Inverno, com temperaturas muito baixas e ocorrências de neve, por vezes abundantes, nas partes mais elevadas da Serra da Estrela. Quanto ao regime de precipitações, há uma pequena estação seca, que compreende os meses de Verão - Julho e Agosto.

Embora pertença, administrativamente, ao distrito da Guarda, este Município é fortemente influenciado pelos distritos de Viseu e de Coimbra, devido à grande oferta no sector terciário existente nestas duas grandes áreas urbanas.

Devido à sua localização geográfica, o Município de Seia constitui-se como um importante ponto de acesso entre a Beira Litoral e a Beira Interior, pelo facto de ser atravessada pela EN 17, a antiga Estrada da Beira, também ela um importante ponto de acesso entre o Litoral Centro e Espanha.



Figura 3 - Seia (a), Lisboa (c), Madrid (e)

Fonte: Google Maps

Distâncias entre Coimbra (b), Porto (d) e

Em 1990, foi levada a cabo a reestruturação da rede de autoestradas de Portugal, o que resultou numa perda de competitividade, em favor dos concelhos da encosta Sul da Serra da Estrela. Atualmente, devido às portagens nas ex-scuts (A25 e A23), este eixo (Oliveira do Hospital – Seia – Gouveia) tem vindo a recuperar a sua importância estratégica.

2.2 – BREVE RESENHA HISTÓRICA

A primitiva ocupação humana do local da atual Seia remonta à época pré-romana, aquando da fundação de uma povoação pelos Túrdulos, por volta do século IV a.C., denominada como Senna. Os Túrdulos edificaram um castro no lugar de Nogueira, entre os montes de Santana e de Carvalha do Outeiro. Defendiam-no, estrategicamente, três castros mais pequenos, um em S. Romão, outro em Crestelo e o terceiro na atual Seia. Existem ainda restos de castros em Travancinha, Loriga e S. Romão.

Quando se verificou a Invasão romana da Península Ibérica, os Lusitanos fizeram da Serra, então chamada Montes Hermínios, o seu reduto defensivo, que se tornou um forte obstáculo para os invasores. Isto não impediu, no entanto, que o general Galba massacrasse 30.000 montanheses lusitanos.

Quando os romanos se tornaram senhores do terreno, transformaram então o castro ibérico de Nogueira na romana "Civitas Sena", que foi fortificada, e passou a constituir uma Oppidum (cidade) com o mesmo nome. Foi, posteriormente, ocupada por Visigodos e por Muçulmanos, estes últimos a partir do século VIII.

À época da Reconquista cristã da Península Ibérica, a povoação foi definitivamente conquistada aos mouros por Fernando Magno (1055)⁵, que, determinou edificar (ou reedificar) a sua fortificação. Sobre este episódio, a crónica do monge Silas relata a violência do ataque e como os cristãos colocaram em fuga desordenada os ocupantes da Oppidum Sena, em direção à Oppidum Visense (atual Viseu). Mais tarde, conquistou Lamego, em 1057, Viseu em 1058 e finalmente Coimbra em 1064.

Estas mudanças de domínio conformaram a ocupação destas terras, constantemente destruídas e reedificadas, consoante os avanços e os recuos das partes em conflito. Como refere Maria Helena da Cruz Coelho⁶, "*Mouros, moçárabes e cristãos tiveram de aprender a viver no quotidiano das suas vidas, dando origem a sociedades peculiares, tantas vezes geradoras de tensões sociais e religiosas, mas que acabaram por se fundir numa assimilação final de gentes e costumes.*"

Esta área sob domínio cristão vai reorganizar-se desde Coimbra. Deste modo, verifica-se que a autoridade do conde Sesnando, moçárabe escolhido por Fernando Magno para

⁵ Veja-se, a este respeito, COELHO, Maria Helena da Cruz - *Seia uma terra de fronteira nos séculos XII – XII*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1986, página 7.

⁶ Idem, *ibidem*, p.

governar esta cidade, compreendia os territórios que iam desde o Douro até ao Mondego, incluindo Lamego e Viseu, estendendo-se, para oriente, até à Serra da Estrela.

Moldado o Condado Portucalense, centram-se as atenções para com este espaço de fronteira, principalmente a partir do momento em que se perdem os postos de defesa de Lisboa e Santarém. Com a necessidade de defender Coimbra, estabelecem-se núcleos fortificados a Sul, revelando uma importância extrema os castelos estabelecidos, a nascente, nas Serras da Lousã e da Estrela. Mesmo assim, a região de Coimbra vai ver, em 1116, os castelos de Soure, Miranda e Santa Eulália, serem arrasados, tendo as populações de os abandonar, depois de os queimarem.

D. Teresa, vendo perigar as linhas meridionais do seu condado, decidiu entregar ao seu valido, Fernando Peres de Trava, em 1122, os castelos de Soure, Santa Eulália e Seia, para que ele reorganizasse estes núcleos transfronteiriços.

A importância de Seia é atestada no texto do foral de Talavares, passado por D. Teresa de Leão, condessa de Portugal, onde se refere:

*"D. Tarasia regnante in Portucale, Colimbria, Viseu et Sena [...]" ("D. Teresa, que reina em Portugal, Coimbra, Viseu e Seia (...))"*⁷

Seia assume-se, rapidamente, como um ponto estratégico na defesa dos limites do condado portucalense. Daí que, se vá transformar num forte polo de atração de nobres portugueses e galegos, principalmente os de segunda linhagem, com necessidade de afirmação. Vai ser através desses jovens descendentes da nobreza de primeira ou de segunda categoria que a nobreza minhota vai ver os seus territórios estenderem-se até à Beira.

À época da formação da nacionalidade portuguesa, Bermudo Peres, cunhado de D. Teresa, iniciou uma revolta no Castelo de Seia. Não teve sucesso, uma vez que o infante D. Afonso Henriques (1112-1185), tendo disto tido conhecimento, foi ao encontro dele com as suas forças e expulsou-o do castelo.

D. Afonso Henriques, em 1131, faz a doação de bens em Viseu, Sátão, Aguiar da Beira, e dos domínios de Seia com o seu castelo, ao seu valido João Viegas de Ranha, em reconhecimento por serviços prestados.

⁷ Veja-se, a este respeito, COELHO, Maria Helena da Cruz - *Seia uma terra de fronteira nos séculos XII – XII*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1986, página 13

Poucos anos mais tarde, o soberano passou o primeiro foral à povoação em Maio de 1136, designando-a por Civitatem Senam. Entre os privilégios então concedidos, destacam-se:

*"Eu, infante Afonso Henriques, filho de D. Henrique, aprouve-me por boa paz de fazer este escrito de firmeza e estabilidade que firmo pelos séculos sem fim. A vós, habitantes da cidade de Seia, concedo que tenhais costumes muito melhores do que tivestes até aqui e isto tanto para vós como para os vossos filhos e toda a vossa descendência. E os homens de Seia que pagam jugada que não vão ao fossado nem ao moinho obrigados pelo senhor. E que nenhum venda o seu cavalo ou mula ou asno ou égua ou bens ao senhor da terra sem querer. Se um homem de Seia for mercar, se não for mais de duas vezes, não pague portagem."*⁸

A cidade recebeu confirmações sob os reinados de Afonso II de Portugal (Dezembro de 1217), de Duarte I de Portugal (Dezembro de 1433), de Afonso V de Portugal (Agosto de 1479) e, finalmente, "Foral Novo" de Manuel I de Portugal (1 de Junho de 1510).

Em 1571, sob o reinado de Sebastião I de Portugal, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Seia.

No contexto da Restauração da Independência, em 1640, os moradores de Seia mandaram forjar a espada que D. Mariana de Lencastre, viúva de D. Luís da Silva, 2º alcaide-mor de Seia, entregou aos seus filhos na vigília de sexta-feira para sábado, 12 de Dezembro. Foi em Seia que se realizou o último comício republicano antes da Implantação da República Portuguesa em 1910. Este comício teve lugar no dia 25 de Setembro e foi presidido por Afonso Costa.

No concelho de Seia estão localizados dois monumentos nacionais: as Antas de Paranhos e a Capela de São Pedro, em estilo românico. Outros monumentos existentes no concelho são a Igreja Matriz, em estilo românico, datada de 1055, que foi destruída pelas invasões francesas e reconstruída no século XIX, não tendo sido respeitado o estilo inicial; a Capela de N. Sra. do Espinheiro, de estilo românico, datada de 1382; a casa de Miranda Brandão (hoje Biblioteca Municipal); a Fonte das Quatro Bicas (no terreiro da Igreja da

⁸ Veja-se a este respeito o que diz BIGOTTE, Quelhas, na obra, *Monografia da cidade e concelho de Seia*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1981, pp. 107 – 111. A análise do foral de Seia encontra-se em COELHO, Maria Helena da Cruz - *Seia uma terra de fronteira nos séculos XII – XII*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1986, pp. 16-30.

Misericórdia); a casa da família Borges Martins; o solar da família Botelho (séc. XVIII) e o solar da família Veiga (séc. XVIII), hoje estalagem.

2.3 – ESBOÇO ECONÓMICO-SOCIAL

Devido à sua localização privilegiada, na vertente ocidental da serra da Estrela, Seia é uma das suas entradas naturais e, por isso, um centro turístico de interesse, visitada

anualmente por milhares de forasteiros. Possui instalações hoteleiras modernas, estabelecimentos de restauração e centros comerciais.

Atualmente, encontra-se em expansão o parque industrial da Vila Chã, que irá incentivar o crescimento económico da região.

A cidade de Seia é bastante recente, tendo sido elevada a essa categoria em 3 de Julho de 1986.

Existem em Seia várias festas, feiras e romarias, como a feira do queijo, no sábado de Carnaval; o desfile das marchas de S. João, no dia 23 de junho; a FIAGRIS (feira agrícola), durante o mês de julho, de dois em dois anos; a festa de Nossa Senhora da Assunção, nos dias 14 e 15 de agosto, e a feira semanal, às quartas-feiras.

O feriado municipal é no dia 3 de julho.

O artesanato desta região consiste na manufatura de mantas, objetos de pele, bordados, casacos, sapatos e botas.

Sendo o concelho essencialmente rural, pratica-se a agricultura para autoconsumo, ligada também à pecuária e à pastorícia, para a produção dos queijos da serra, dos enchidos e dos fumeiros típicos. Também se produz mel e aguardente de medronho e de zimbro⁹. Na sua sede, a cidade de Seia, concentra-se a indústria, principalmente ligada aos ramos dos têxteis e do calçado, o comércio e os serviços.

Numa referência ao tecido económico do Município, os valores recentes (1991/2001) indicam um reforço de emprego no sector terciário (de 34,2% para 49,6%) e a perda de relevância do sector primário (de 11,6% para 5,0%) e do secundário (de 54,2% para 45,4%), num quadro de evolução demográfica desfavorável, já que ocorreu na última década um decréscimo populacional de -12,43% no âmbito do Município, ou -12,37% no caso da região da Serra da Estrela.

O Município de Seia apresenta-se como o Município mais populoso da Sub-região da Serra da Estrela, representando 56,35% do total populacional desta Sub-região, valor que deve ser interpretado no quadro do reduzido número de municípios desta Sub-região.

A análise dos valores de população residente desde os anos oitenta do século XX, permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita algumas reflexões sobre as características do território.

⁹ Arbusto rasteiro que só se dá em altitudes elevadas, que produz um fruto, o zimbro, do qual se fazem várias bebidas com teor alcoólico e chás.

Globalmente, entre 1981 e 2011, o Município perdeu 6705 habitantes (-21,2%), num processo que já vinha das décadas anteriores, facto que poderá ser justificado pela mobilidade interna para os centros urbanos mais próximos e também pela emigração, resultante da falência de grandes empresas de têxteis espalhadas pelo Concelho.

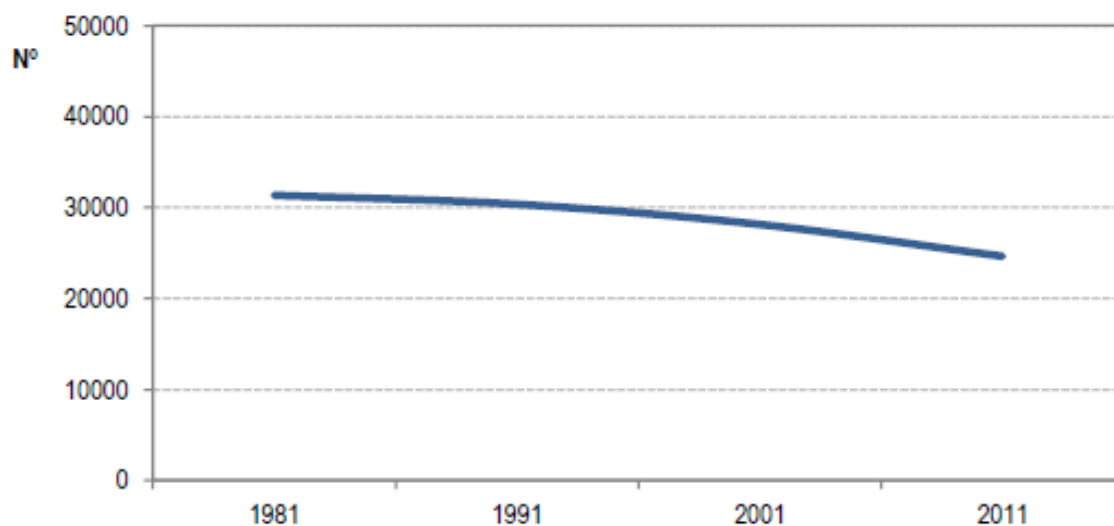


Figura 5 - Evolução da população residente no município de Seia, de 1981 a 2011 ¹⁰

3 - A GÉNESE DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO EM PORTUGAL

O associativismo, como hoje o conhecemos em Portugal, teve a sua origem nos inícios do século XIX, sob uma forte influência de dois momentos de extrema importância para

¹⁰ Fonte: INE, Recenseamento da População de 1981, Censos de 1991, 2001 e 2011.

o mundo ocidental: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda durante o século XVIII e a Revolução Francesa (1789-1799), sob o lema: liberdade, igualdade e fraternidade. O movimento associativo¹¹ teve então, nesse século, o seu primeiro momento de implantação e expansão.

A difusão destes ideais conduziu Portugal à Revolução Liberal de 1820. Será, no entanto, de referir que Portugal, no início do século XIX, já se encontrava numa profunda crise, derivada das Invasões Francesas de 1807-1811, da fuga da Corte para o Brasil, em 29/11/1807 e da ocupação militar inglesa iniciada em Agosto de 1808, como consequência do pagamento da ajuda prestada pelos ingleses durante as invasões francesas.

Este conjunto de condicionalismos levou a que Portugal tivesse um deficiente desenvolvimento industrial, atrasando-se em relação à Europa, determinando um enorme empobrecimento da população, que sofreu os efeitos da fome e da doença generalizada, resultado da inexistência de um sistema de proteção social e de uma elevada taxa de analfabetismo.

Em 1834, após a Revolução Liberal, as Corporações foram abolidas através de decreto. Com o início do surto industrial, embora pequeno, começam a surgir as associações populares como forma de responder às dificuldades diárias dos operários e como forma de estabelecer alguma diferenciação social própria deste desenvolvimento.

Assim, surgem as primeiras associações de socorros mútuos, que procuravam garantir alguns cuidados ao operário que ia “descontando” uma parcela do seu salário, semanalmente, para garantir que, em caso de necessidade, pudesse usufruir de alguns cuidados, assim como uma pensão de velhice.

Costa Goodolphim, regista, em 1876, a existência destas associações de socorros mútuos, referindo que eram transversais a toda a sociedade, atravessando todas as classes. Refere por exemplo, o “*Montepio do Senhor Jesus do Bonfim, em 1844...*”; o “*Ourives da Prata Lisbonenses, em 1863...*”¹²

Como consequência, as populações organizam-se em grupos assentes na comunidade e partilha entre os membros, criando associações como forma de conseguirem encontrar,

¹¹ O associativismo popular é uma prática com cerca de duzentos anos, enquanto instituição de beneficência, educação, recreio e desporto. FRANCO, José Alberto – “Associativismo popular em Portugal”, in *Aladraba*, nº 2, Novembro de 2006, pp. 4-6.

¹² GOODOLPHIM, Costa – *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguesas*, Lisboa, Typographia Universal, 1876, páginas 124-138.

de forma solidária, soluções para as suas necessidades, mesmo que estas ainda não tenham as componente associativistas que, mais tarde, no século XX, vão assumir.

Estas associações, independentemente do carácter que vão revestir, têm como objetivo principal o desenvolvimento das famílias e das comunidades locais. Criando, normalmente, estruturas de interdependência e de segurança social, não só como forma de minimizar as condições económicas e sociais difíceis, mas, acima de tudo, de tentar estabelecer os pilares para uma autonomia.

Com a instalação do Regime Liberal, em Portugal, no início do século XIX, o Estado, atestando a importância do movimento associativo, deu-lhe expressão legal. No entanto, só após se verificarem algumas alterações institucionais, como o surgimento do conceito de cidadão enquanto indivíduo dotado de direitos e liberdades, e com a progressiva afirmação do direito e da liberdade de associação, é que se criaram as condições para que as iniciativas deste género pudessem avançar.

Este direito de associação, embora fosse parte integrante dos direitos e liberdades dos cidadãos, foi sempre olhado com alguma reserva. De referir que, as associações e as sociedades de utilidade pública que se dedicavam a fins económicos, culturais e recreativos, ainda que os seus princípios fossem desejáveis, sofreram, durante muito tempo, de falta de enquadramento legal.

A sua existência formal dependia da publicação de Decretos e Portarias para a aprovação dos respetivos estatutos, o que sucedia de modo casuístico. Apenas em 1867, com a publicação do Código Civil, passou a existir um enquadramento jurídico sistematizado e uniforme sobre o assunto.

Quanto às associações e sociedades com fins particulares, sobretudo as constituídas com finalidade económica, gozavam do devido suporte jurídico, desde 1833, data da publicação do Código Comercial.

Isto levou a que, no início do século XX, a quantidade de associações existentes em Portugal fosse insignificante e pouco diversificada nos seus fins.

Mais tarde, com a divulgação dos ideais republicanos e com a instauração da República, a 5 de Outubro de 1910, o associativismo ganhou um novo impulso, principalmente no apoio aos sindicatos agrícolas, enquanto entidades de crédito agrícola.

Com o Estado Novo,¹³ houve um aproveitamento do movimento associativo, como forma de controlo rígido dos movimentos da população, com a criação de “organizações estatais” de adesão obrigatória, por vezes com dispensa da necessidade de inscrição.

Casos deste controlo, foram a criação dos Grémios da Lavoura, das Casas do Povo e das Casas de Pescadores.

A partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, abriram-se novos horizontes ao associativismo¹⁴. Desta forma, as associações passaram a ser reconhecidas pelo Estado como instituições cívicas e de cariz democrático.

Passou, então, a existir um estímulo a uma maior participação popular e um reconhecimento real de liberdades e direitos de cidadania, expresso, por exemplo, na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações. Tal vai levar a que, durante esse período, o número de associações e de movimentos com carácter político aumente e o seu âmbito se diversifique, como resultado do direito à liberdade de expressão.

No entanto, a nível local, nos meios rurais, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes, nomeadamente as Casas do Povo, dando origem a vários grupos desportivos, a ranchos folclóricos ou a grupos de cantares que, desta forma, ganhavam a sua autonomia e legalização. Estas novas associações foram fruto, muitas das vezes, de rancores e desentendimentos antigos que, em democracia, já se podiam exteriorizar.

Mas não se pense que, apesar dessas organizações que vinham do Estado Novo, se terem autonomizado e supostamente democratizado, a decisão dos seus fins, num primeiro momento, estivesse nas mãos do povo. Na verdade, o Estado do pós-25 de Abril procurou impor um caminho e as Casas do Povo viram os seus fins reformulados, enquanto alguns Grémios da Lavoura foram extintos e outros transformados em cooperativas agrícolas.

Tendo em conta que nos 50 anos de repressão do regime salazarista o número de iniciativas de carácter associativo não era abundante, com a Revolução inverte-se

¹³ O Estado Novo fez uso das associações não só para realizar um maior controlo dos movimentos das populações como também as utilizou como um meio importante e eficaz de difusão dos seus ideais.

¹⁴ Este processo ainda vai demorar alguns anos até que consiga surtir o efeito desejado, principalmente nos meios rurais, devido ao conflito entre as remanescências dos processos que presidiram a criação destas associações e a vontade de mudança repentina causada pela existência de liberdade, gerando muitas vezes conflitos de carácter social causados por rancores antigos.

completamente esta tendência, registando-se um crescimento significativo que se vai refletir também na diversificação dos objetivos das instituições.

A título de exemplo, será de referir o surgimento das associações de cultura, recreio e desporto, que foram, na sua maioria, diversificando as suas atividades ao longo da sua existência, dando origem ao aparecimento de outros tipos de associativismo. Criaram-se, assim, associações de defesa do património, dos consumidores e dos moradores, bem como de apoio às vítimas. De referir também, o associativismo juvenil e estudantil ou o centrado no ambiente e na ecologia, entre outras vontades associativas que continuaram a evoluir.

No início dos anos oitenta do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No final da década fundam-se as primeiras organizações focadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc.

Com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, multiplicaram-se as oportunidades de participação da sociedade civil, através das suas organizações, em projetos e ações que foram sendo patenteados, sucessivamente, nos regulamentos dos três quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2006).

Esses quadros comunitários, lançados com o objetivo de dar uma maior coesão económica e social, através da redução das disparidades existentes entre os membros da CEE e, mais tarde, da União Europeia (UE), originaram o aparecimento de diversas associações, nomeadamente as de carácter de desenvolvimento local, como no caso de Seia, por exemplo, a ADRUSE (Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela).

Tais associações de desenvolvimento local tinham, e têm, como objetivo principal o acolhimento dos programas locais de desenvolvimento emanados do seio das instituições europeias. Exemplifiquemos com os Programas de Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER I, em vigor entre 1991 e 1994, LEADER II praticado entre 1994 e 1999, LEADER+ desenvolvido entre 2001 e 2006), e os diversos Quadros Comunitários de apoio lançados entretanto.

A cronologia de fundação das associações demonstra também a capacidade de responder à oferta de recursos e à satisfação de necessidades. Como nos indica Moreno¹⁵ na análise que faz sobre a evolução do movimento associativo em 2003:

“Temos uma distribuição bimodal que traduz a maior constituição de entidades entre 1991 e 1994, precisamente nos anos em que se dá início ao LEADER I e LEADER II, razões de constituição de várias associações. No entanto, é verificável que é a partir de 1987, com o afluxo de fundos comunitários, na antecedência do QCA I (1989-93), se dá início à criação de condições para que o movimento associativo cresça. Como o QCA II coincide com o lançamento do LEADER II, compreende-se o paroxismo de 1994. Daí em diante, torna-se cada vez menor a constituição de novas entidades, à medida da saturação das oportunidades de dar resposta às necessidades sociais mais conhecidas.”

O Concelho de Seia caracteriza-se, culturalmente, pela existência de diversas associações desportivas, recreativas e culturais, distribuídas por todo o concelho. No total, existem quase uma centena e meia de associações¹⁶, que prestam serviços em diferentes áreas da cultura, sendo um polo de sustentação das políticas culturais locais e ao mesmo tempo, uma ferramenta importante no trabalho de proximidade realizado com as populações.

Nalguns casos, as associações substituem o trabalho que deveria ser realizado pela administração central e local, como é o caso das Instituições Privadas de Solidariedade Social ou das Associações de Beneficência. Estas desenvolvem as suas atividades em duas áreas essenciais, na área da saúde e na área da proteção social, proporcionando às populações mais carenciadas e mais envelhecidas os cuidados essenciais para uma melhoria da sua qualidade de vida.

¹⁵ MORENO, Luís – *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*, 3ª edição, ANIMAR, Vialonga, 2003.

Foram elaboradas três edições do Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, que partiram de uma base de recolha por inquérito de dados sobre as entidades com posteriores atualizações. Utilizaremos informações constantes da última atualização (Moreno et al, 2003).

A “Animar” – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, é uma associação constituída em 1993 por pessoas e organizações que defendem e promovem os princípios do desenvolvimento local, disponível em: <http://www.animar-dl.pt/>.

¹⁶ Vide anexo VI

É difícil contabilizar ao certo quantas associações existem devida à parca informação que se conseguiu recolher.

4 – OS MUNICÍPIOS E AS POLÍTICAS CULTURAIS

Augusto Santos Silva, ao estudar as políticas culturais, começa por afirmar que existem duas perspetivas a ter em conta, na sua abordagem: o Espaço e o Tempo¹⁷.

Dentro do espaço, haverá que distinguir entre:

1) As cidades de Lisboa e Porto, onde estão sediados os principais equipamentos culturais nacionais (teatros, museus ou centros de exposições) e que constituem os principais aglomerados urbanos que vivem destes focos de políticas nacionais. Este patamar de desenvolvimento cultural assenta em fatores históricos que tornam estas cidades extremamente importantes a nível local e, acima de tudo, a nível nacional, influenciando as políticas culturais nacionais.

2) Logo depois, do outro lado, as capitais de distrito e outras cidades médias, que se assumem como importantes polos de cultura regional, tais como as cidades de Guimarães ou Lamego.

3) Por fim, um terceiro grupo será constituído pelos pequenos municípios do interior ou os municípios de transição entre o litoral e o interior.

Quanto à variável tempo, por forma a compreender-se melhor as políticas culturais autárquicas, toma por referência duas escalas:

a) A mais larga, o 25 de Abril de 1974 e a posterior institucionalização do poder local democrático, com as eleições autárquicas de 1976, pontos estruturantes para a rutura radical com o passado, do qual apenas sobreviveram certas manifestações de cultura festiva e recreativa popular (ranchos folclóricos e bandas de música) ou estruturas de formação alternativa e de resistência ao regime ditatorial (cineclubes ou grupos de teatro independente), com profundas alterações dos seus âmbitos iniciais.

b) Os primeiros 20 anos de integração europeia (1986-2006). As novas oportunidades estabelecidas com a integração europeia, tanto a nível do financiamento, como no plano da conceção e desenvolvimento de projetos, constituíram uma importante ajuda para que

¹⁷ Augusto Santos Silva, “Como abordar as políticas culturais autárquicas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 2007, pp. 11 -33

as autarquias globalizassem a sua intervenção e, principalmente, superassem a política inicial de concentração nas estruturas físicas ligadas à satisfação de necessidades coletivas básicas.

Exemplo desta descentralização de meios é a criação, em 1987, da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que permitiu um aumento da oferta cultural e a sua conseqüente distribuição nacional. Do mesmo modo, houve uma mudança nas práticas culturais que foram modificando de forma gradual o perfil da procura local de eventos culturais e de lazer, criando novos públicos e novas exigências à intervenção cultural autárquica.

De referir, ainda, dois factos subseqüentes que vieram reforçar esta tendência: a criação do Ministério da Cultura, em 1995 - entretanto despromovido a Secretaria de Estado, retirando-lhe espaço de manobra e importância, facto que se tem vindo a refletir no cada vez maior desinvestimento na Cultura, nacional e local, pelos sucessivos Governos, e o lançamento, em 2000, do Programa Operacional da Cultura.

Maria de Lurdes Santos Lima¹⁸ refere que, após 1976, devido à consecutiva sucessão de Governos Constitucionais e de Ministros da Cultura, quando o Ministério da Cultura existiu, não houve espaço para que a muita, a demasiada produção legislativa, chegasse a surtir o efeito pretendido. Deste modo, a Cultura não viu definidas as suas linhas políticas de orientação. De facto, a produção foi de tal forma exagerada que muitas linhas nem chegaram a ser colocadas em prática e outras foram sendo constantemente substituídas.

Qualquer dos dois autores, atrás referidos, acredita que se deve apostar na formação. Os diferentes governos têm vindo a procurar estabelecer uma articulação entre as políticas educativa e cultural, mas tal esforço revelou poucos resultados práticos. A fraca articulação entre os dois sectores tem sido um dos grandes obstáculos à satisfação dos níveis de exigência e de qualificação formativas que devem ser exigidas, não só no que diz respeito à formação específica dos agentes intervenientes, como também no que concerne à formação de novos públicos, o que deveria ver facilitado o acesso à cultura. Alguns dos programas que confirmam esta tentativa de articulação entre a educação e a cultura são os projetos que integraram o Programa Nacional de Promoção da Leitura em 1997 e, mais recentemente, a criação do Plano Nacional de Leitura, no qual o Ministério da Cultura, inicialmente, e, agora, a Secretaria de Estado da Cultura, participa em cooperação com o Ministério da Educação na elaboração de programas e projetos que

¹⁸ "Políticas culturais no Espaço Iberoamericano", in *V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Almada, 10 de Maio de 2007, p2.

procurem estimular o gosto pela leitura, orientada segundo um modelo previamente estabelecido, que procura, por um lado, combater a iliteracia e por outro estimular o gosto pela cultura.

Na tentativa de estabelecer condições que propiciem o gosto pela leitura foi criado o diploma da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, em 1987. Esta foi a primeira rede lançada pelo Ministério da Cultura à qual se seguiram a dos Teatros e a dos Espaços Culturais, em 1999 e a dos Museus, no ano de 2000.

Com a implementação da Rede de Bibliotecas procurou-se criar e requalificar as bibliotecas, tentando que todos os concelhos tivessem pelo menos uma, através da criação de parcerias entre a administração central e local.

Estas bibliotecas assumem ao mesmo tempo o papel de difusão do gosto pela leitura, assim como, a dinamização de eventos culturais, procurando, desta forma, dar cumprimento à tão almejada articulação entre as políticas culturais e as políticas educativas. Mais uma vez, como se pode verificar, tal articulação não foi conseguida, pois alguns destes equipamentos não possuem, mesmo nos dias de hoje, as desejadas condições.

Podemos, então, sintetizar esta dimensão da política de sensibilização para as artes, destacando 3 vias:

1. Presença da dimensão cultural/artística na escolaridade obrigatória, através de projetos pontuais, com necessidade de uma melhor integração nas políticas relacionadas com a cultura e com a educação;
2. Desenvolvimento de serviços educativos para lá do contexto escolar. Ação mais orientada para a criação de equipamentos direcionados para o público infantil/escolar.
3. Distribuição descentralizada da oferta cultural, através do incremento, embora num ritmo mais lento, em relação à criação de equipamentos, das redes de equipamentos e de serviços culturais, geralmente assentes em parcerias entre os sectores público – administração central e local – e privado.

Maria João Centeno refere os fatores ocorridos no pós 25 de Abril, a democratização e a descentralização, como componentes que vão facilitar o acesso à cultura e à criação cultural independente, considerando-os como elementos essenciais na construção de novas políticas culturais.

Estes são pontos transversais nas linhas orientadoras de todos os governos, independentemente das suas cores políticas. Tais políticas dotaram o país de diversos equipamentos culturais, de maior ou menor dimensão, que funcionaram como meios facilitadores, e, nalguns casos, facilitistas - como se verá mais à frente, quando falarmos melhor da gestão destes equipamentos - de acesso à cultura.

Estes meios que se encontravam inicialmente concentrados nas grandes áreas urbanas passam também a estar presentes nos núcleos menos urbanizados e de menor dimensão, levando entre outros, à criação de novos públicos, ao apoio à produção cultural independente, alicerçada nos meios locais disponíveis, indo de certa forma ao encontro da procura local. Assim afirma a referida autora:

“A bandeira da democratização da cultura, de que fazem parte a acessibilidade dos bens e oportunidades culturais e a generalização de consumos culturais “esclarecidos”; o compromisso estatal em torno da garantia de um serviço público de cultura e de condições materiais e institucionais para a criação artística independente; e a hipervalorização da educação ou formação dos “públicos”, como via real para a qualificação do tecido e da prática cultural constituem o fio condutor das propostas desenvolvidas ora mais à direita, ora mais à esquerda. A política de descentralização dotou grande parte do território com equipamentos que, a serem perspectivados como lugares de mediação e encontro, têm de ser vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais, para tal têm de ser espaços vivos que inspiram um entendimento comum do lugar, que funcionem como elementos unificadores e ajudem a forjar uma identificação e posse públicas desses espaços - os espaços públicos devem ser feitos o mais públicos possível.”¹⁹

Refere também que, tais apostas levaram a um maior investimento por parte dos municípios na cultura, ultrapassando o investimento realizado pelo poder central, através do Ministério da Cultura, facto que se pode observar com a criação de redes públicas como a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, lançada em 1986, e a de Teatros e

¹⁹ CENTENO, Maria João – “A política cultural em Portugal na entrada do novo século”, *6º Congresso da SOPCOM*, Universidade Lusófona, 2009, p.1

Cineteatros, lançada no ano de 1999, no âmbito da política cultural desenvolvida pelo XIII Governo Constitucional.²⁰

Tal como refere Artur Santos Silva, tendo em conta as referências espaço-temporais, atrás referidas, pode-se chegar a duas conclusões:

A primeira, com a qual eu concordo, a Câmara Municipal tem um importante papel, senão até único, na promoção de uma política cultural local, na medida em que depende dela um forte apoio ao desenvolvimento de políticas culturais locais, superando quase sempre o papel das freguesias, que só de uma forma muito pontual apoiam algumas atividades, nomeadamente as de cariz mais tradicional, como os grupos recreativos, as bandas de música ou os ranchos folclóricos. Mesmo assim, nestes casos, as freguesias atuam quase sempre, sob mandato das diretrizes emanadas pelas Câmaras Municipais.

A segunda, é a reduzida capacidade de influência, por parte do Município, na diversificação da oferta cultural local.

O poder local apresenta três características, ainda segundo os mesmos autores, que têm influência na conceção e estruturação da ação cultural municipal:

- 1) O consensualismo, supostamente por interesse concelhio, tende a despolitizar a ação camarária, considerando-a como uma vontade expressa pela comunidade local.
- 2) O presidencialismo, que atribui ao Presidente da Câmara um poder reforçado na construção e gestão das redes sociais e na definição de finalidades e procedimentos.
- 3) A formulação de prioridades em patamares: num primeiro patamar, a infraestruturação do território; num segundo patamar, a economia, o apoio social e a educação básica; e, num terceiro patamar, a cultura e o lazer.

²⁰ CENTENO, Maria João – “A política cultural em Portugal na entrada do novo século”, *6º Congresso da SOPCOM*, Universidade Lusófona, 2009, p. 4

Apesar destas características acentuarem a indiferenciação ideológica, tal não significa a ausência de um discurso político como legitimação e comunicação pública sobre as opções e finalidades apresentadas. Todavia, este discurso é de carácter generalista, destacando que o investimento feito na cultura é uma ação que vai de encontro às necessidades da população, realçando sempre o carácter local das ações tomadas. Desta forma, varia pouco a visão do mundo e dos programas dos partidos que constituem o arco de governação autárquica.

Os partidos que ao longo dos 30 anos têm vindo a assumir as rédeas do poder autárquico, têm sido o PSD e o PS, num primeiro nível, e num nível mais abaixo, o PCP e o CDS. O PCP foi o primeiro a autonomizar a cultura, a par da educação, dos seus dogmas partidários e da prática autárquica, influenciando numa primeira fase o discurso da política local no que concerne a cultura. Deu destaque à democratização e ao livre acesso a equipamentos e eventos locais, fomentando e valorizando a importância do associativismo local para a criação de novos projetos artísticos.

A temática da cultura constitui, por vezes, um importante marco de discussão política, representando, nalguns casos, um forte ponto de diferenciação dos programas políticos dos candidatos aos Municípios, se bem que, acima destes, se sobrepõe, e este ponto é realmente influenciador da política cultural local, a política nacional emanada do ideário estatal.

Desta forma, pode-se dizer que as Câmaras são mais recetoras do que produtoras de cultura, ou seja, tornam-se essencialmente parceiras, como se pode verificar pela quantidade de redes colaborativas criadas desde 1987. Como forma de obter sucesso, o Estado requereu a intervenção das autarquias nas bibliotecas, teatros, cineteatros, museus e arquivos, alegando, muitas vezes, que era uma questão de descentralização de equipamentos, criação de novos públicos, democratização do acesso a grandes eventos, entre outros.

Outro período importante na definição das políticas culturais nacionais foi o da integração europeia que vai de 1986 a 2006, quer na definição do lugar das políticas culturais no conjunto das políticas municipais, quer na definição do lugar dos serviços culturais no conjunto da administração autárquica.

Os casos de estudo referidos ao longo da obra de Augusto Santos Silva, têm evidenciado, em especial para a década de 1990 a 2000, a autonomização do pelouro da cultura, por vezes também associado a outros pelouros, como o da educação, da juventude, do turismo, do desporto ou da ação social. Representam a forte aposta na cultura, por parte

das autarquias locais, quer com a criação de estruturas, quer com a aposta na formação de um corpo de técnicos e quadros superiores especializados, que procuram ajudar na definição das políticas culturais locais.

“Este processo não só vale por si, como sinal de uma nova identidade e centralidade da política e da administração cultural local, mas vale também como formação de uma tecnoestrutura local envolvida nas dinâmicas culturais, composta por técnicos e quadros superiores, cuja importância específica na formação das políticas tem sido, com razão, posta em relevo pelos investigadores”²¹.

Maria João Anastácio Centeno, salienta ainda a importância das cidades como espaços de criação cultural, pois nelas estão presentes as instituições de ensino superior artístico e os equipamentos culturais mais importantes, introduzindo desta forma o conceito de cidade criativa²². É por isso, que se destaca a importância da construção ou da reconstrução de espaços, como sejam os teatros ou os teatros-cine, para a difusão da cultura, tornando estas cidades como “um motor de cultura”.

Mas, para que tal aconteça, e como já havia referido Augusto Silva, é necessária a aposta na formação/contratação de técnicos e quadros especializados, que se encontram essencialmente nas cidades.

“A transformação, a que temos vindo a assistir, das principais cidades portuguesas, em que o motor económico é a cultura, tem passado por, numa primeira fase, dotá-las de equipamentos a nível físico, como é exemplo a construção e/ou recuperação de teatros e cine-teatros; no entanto, para que esses espaços sejam vivenciados e sentidos como fazendo parte do colectivo, ou seja, como novos espaços públicos há todo um trabalho a realizar pelas estruturas responsáveis por esses equipamentos.”²³

²¹ SILVA, Santos Augusto – “Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, 2007, pp.15-16

²² Este conceito de cidade criativa foi, como a autora nos indica um termo introduzido, por Franco Bianchini (especialista em planeamento cultural) em conjunto com Charles Landry em 1995.

²³ CENTENO, Maria João – “A política cultural em Portugal na entrada do novo século”, *6º Congresso da SOPCOM*, Universidade Lusófona, 2009, p. 1

Resumindo, a cultura adquiriu nos últimos dez anos, um enfoque político significativo no contexto das autarquias. O enquadramento jurídico e organizacional das questões culturais, os orçamentos, os projetos e as atividades têm não só configurado modos locais de relação com a cultura, como garantido ao poder local uma particular visibilidade política e social. Criar e dinamizar equipamentos com valências culturais tornou-se um dos objetivos estruturantes das políticas culturais municipais.

Um terceiro fator de análise, no estudo da variação das políticas culturais é, como atrás foi referido, o fator discursivo. Este, procura colocar a cultura como algo central e multidimensional, na medida em que se vai ancorar no trabalho realizado por elementos ligados de uma forma mais profissional ao estudo da cultura (arqueólogos, historiadores, entre outros). Todavia, são ainda poucos os Municípios que apostam nesta medida, ganhando com ela políticas culturais locais mais fortes.

Ao longo do tempo, a relação entre o Governo e as Autarquias Locais, tem registado uma evolução, levando a que as Autarquias tenham hoje uma voz importante na definição das políticas culturais, principalmente as de alguma dimensão, transformando-se, desta forma, numa relação cooperativa muito importante.

Esta evolução regista-se principalmente desde o ano de 1986, acentuada pelos diversos programas europeus que possibilitaram uma abertura negocial entre os governos e as autarquias, nomeadamente através dos planos de apoio local, emanados do seio da Comunidade Económica Europeia e agora da União Europeia. Desde então, as autarquias passaram a ter algo a dizer nas definições das políticas culturais nacionais, tornando-se assim possível a realização de grandes eventos em Portugal que, de outra forma, dificilmente se concretizariam.

Por outro lado, esta relação tem-se cimentado, porque os Governos Centrais conseguiram, através dos planos europeus de apoio à cultura, transferir competências para os Municípios, descentralizando desta forma meios e equipamentos culturais.

Para melhor compreendermos esta evolução vale a pena assinalar os pontos que Augusto Santos Silva considera como sendo marcos importantes:

Destaque-se, desde logo, a cada vez mais importante intervenção municipal no sector da cultura e o seu papel na definição da oferta e procura cultural. Neste ponto, as competências das autarquias, apesar de definidas, estão-no de forma muito genérica, fazendo assentar o grau de influência municipal no voluntarismo do executivo. Mesmo assim, neste período verificou-se um forte investimento na cultura em Portugal, quer

através da Secretaria de Estado ou do Ministério da Cultura, quer através das Autarquias, que viram assim os seus orçamentos para a cultura sucessivamente aumentados.

Esta mudança de escala verifica-se também na ótica dos equipamentos culturais que, durante este período, aumentaram exponencialmente, devido à participação dos municípios em redes culturais, tornando a cultura uma questão central. Estas redes obrigaram a um investimento inicial muito forte por parte das autarquias, assim como ao comprometimento com a gestão destes.

Tome-se como exemplos os casos das Redes de Bibliotecas, que, de 1988 a 2003, passaram de 0 a 119 bibliotecas a funcionar em rede, ou a Rede de Arquivos, lançada em 1998, que compreendia, em 2002, 100 arquivos.

As autarquias também participaram neste processo de descentralização e difusão no caso das artes do espetáculo, com a criação, na segunda metade da década de 1990, dos Centros Regionais de Artes do Espetáculo, em Viseu e Évora, e, principalmente, com o já extinto, (no segundo semestre de 2002), Programa de Difusão das Artes do Espetáculo (PDAE). Ao longo dos tempos, tem-se verificado, como vimos assinalado, uma enorme importância das autarquias, no desenvolvimento das políticas culturais locais, ancoradas quer nos programas culturais europeus, quer nos programas culturais emanados do Governo Central.

Verificou-se, inicialmente, um acentuado investimento na construção de equipamentos culturais de média e grande dimensão, suportados quer pelos fundos nacionais ou europeus, quer pelo orçamento das autarquias, normalmente quando se registava a ausência ou o atraso nos fundos disponíveis. Construíram-se, então, Bibliotecas, Museus e auditórios, de diferentes tipologias, que vieram melhorar, e, de que maneira, a oferta e o acesso aos equipamentos culturais.

Dedicou-se porém, uma menor atenção à dimensão do funcionamento assente em dois fatores: um, a morosidade na construção do equipamento e, por vezes, a falta de uso destes, que após terem demorado anos a serem concretizados se verifica que não apresentam uma atividade regular que os sustente. Acresce que alguns estão mal dimensionados, constituindo, desta forma, uma fonte de despesa para os Municípios que se torna insustentável nos dias de hoje.

Outro problema relacionado com este, é que, na sua grande maioria, apostou-se na imagem, por razões eleitorais, e não na praticabilidade dos equipamentos. Esta questão tem vindo a ser debelada pela forte aposta que os Municípios estão a fazer na aquisição

de programadores culturais com um vasto currículo que se esforçam por criar soluções viáveis para estes equipamentos, atraindo novos públicos.

Grande parte dos programadores culturais assumem-se como verdadeiros mestres da criação artística, na medida em que, apesar dos orçamentos dos municípios e dos governos para a cultura, se reduzirem, dadas as restrições orçamentais, têm conseguido levar a cabo uma programação cultural de qualidade e diversificada.

Acresce que a questão do acesso das populações aos bens culturais é posta invariavelmente à frente da questão da produção ou legitimação das produções culturais, independentemente das cores políticas de quem governa.

Na verdade, as questões aqui colocadas incidem no âmbito da oferta, dos preços, e, mais recentemente, na formação dos públicos. Quanto à oferta: a promoção é feita diretamente pela Câmara Municipal; quanto aos preços: visam a ser tendencialmente gratuitos, para que todos possam aceder aos bens culturais e, quanto à formação: procura-se a promoção de múltiplas ações dirigidas aos públicos mais jovens.

Há que ter ainda em conta a relação quase exclusiva do município com a comunidade escolar e o associativismo, orientando o trabalho das bibliotecas, dos museus e dos auditórios para a comunidade escolar e para o apoio à atividade regular do associativismo, nas suas várias vertentes, aproveitando, muitas vezes, o trabalho desenvolvido, na sua maioria de forma amadora, para aumentar o leque da oferta cultural existente. Salienta-se ainda a importância das tradições locais para os municípios, principalmente os de menor dimensão, com a recriação constante das tradições locais. Desta forma, atribuindo uma dimensão identitária e de comunidade aos eventos criados, alicerçam-se nelas, as políticas culturais de âmbito local, principalmente na altura do Verão. Daí que, uma parte importante da atividade cultural municipal sejam as festividades de carácter local.

Finalmente, destaque-se a necessidade que o Município tem em se projetar para fora, regional, nacional e internacionalmente, a sua identidade local, radicada nas suas raízes culturais.

Daí, a importância da comunicação social e do turismo para a realização de grandes eventos que projetem a "terra", a região. Tomemos como exemplo, o Cine Eco em Seia que, tendo como pano de fundo o ambiente e a serra, se projetou a nível nacional e internacional, tornando-se um produto importante para o turismo local, atraindo novos públicos.

Para terminar, podemos identificar como conflitos para a criação de novas políticas culturais, cinco questões:

1) A diversidade das políticas, relacionada com a questão da procura social local. Assim, é necessária a criação de atividades que vão de encontro aos públicos locais existentes. Tal como os eventos, os espaços culturais devem ser inseridos e experienciados pela população local como espaços sociais com que estas se identifiquem, como nos refere Maria João Centeno:

“Os espaços culturais devem ser vividos e incorporados na experiência da população local como espaços sociais, para tal têm de ser espaços vivos que inspiram um entendimento comum do lugar, que funcionem como elementos unificadores e ajudem a forjar uma identificação e posse públicas desses espaços; os espaços públicos devem ser feitos o mais públicos possível.”²⁴

Prossegue dizendo que:

“A proposta passa por uma vinculação fluida, que tem de ser construída espacial e discursivamente com a comunidade local, convertendo-a em protagonista da significação identitária que se vai associando a esses espaços.”²⁵

2) A atualidade dos eventos criados. Tomemos como exemplo uma atividade ligada aos jovens, como, um festival de música, se a moda é o rap não se vai realizar um evento de música clássica tradicional, pois não terá êxito com certeza.

3) A dimensão das atividades criadas, para que estas não sejam nem subdimensionadas nem sobredimensionadas.

4) A continuidade. Haverá que ter em conta que, quando se cria uma atividade ela terá que se poder perpetuar no tempo, isto é, que não deve começar e terminar naquele primeiro momento em que foi criada, por forma a fidelizarem-se públicos e a obter-se um retorno financeiro positivo.

²⁴ CENTENO, Maria João – “A política cultural em Portugal na entrada do novo século”, *6º Congresso da SOPCOM*, Universidade Lusófona, 2009, p. 2

²⁵ CENTENO, Maria João - A política cultural em Portugal na entrada do novo século, *Conferências da SOPCOM*, em 2009, p. 3

5) E, por fim, o impacto das atividades realizadas. Quando se cria uma atividade deve-se fazer um estudo do tipo SWOT, portanto, um estudo sobre as Potencialidades, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. Desta forma, analisa-se o impacto que a atividade vai ter, ou pode ter, nos diferentes níveis de análise, económico, financeiro, social, cultural. Daí que, também seja importante que durante a realização das atividades e no fim destas, se vão criando mecanismos de análise dos eventos, para, desta forma, monitorizar melhor o sucesso ou o insucesso das atividades realizadas.

Termino este ponto, referindo que existem dois conceitos importantes para a definição de políticas culturais, sejam elas nacionais ou locais: Inovação e Competitividade²⁶, e estes devem estar inseridos num contexto de economia criativa.

Para que se tenha sucesso com as políticas culturais deve-se apostar na qualificação e na profissionalização dos agentes intervenientes nesta área, nos respetivos equipamentos culturais e nos territórios em que se enquadram, avaliando de que forma vão ao encontro das necessidades locais e da formação de novos públicos. Só assim se poderá avaliar o impacto destas políticas a nível nacional.

A profissionalização quer dos artistas quer dos outros agentes culturais é importante para a melhoria dos resultados das políticas culturais, sejam nacionais ou internacionais, neste que é um setor importante para a economia nacional, como refere Maria de Lurdes dos Santos Lima²⁷:

“Lembro que o emprego no sector cultural, apesar da sua recente expansão em Portugal (entre 1991 e 2001: taxa de variação 34%) e de ser o sector mais qualificado face ao emprego nacional na sua totalidade (25% com nível superior de escolaridade), quando comparado com os valores para o total da UE, não deixa de se situar em lugares muito baixos (assim os 25% de escolaridade superior defrontam-se com os 42% da UE; por sua vez, a parcela de emprego cultural no total de emprego é em Portugal de 1,4% face aos 2,5% da UE – valores para 2002). Contudo, verifica-se em Portugal uma tendência

²⁶ SANTOS, Maria de Lourdes Lima - "Políticas culturais no Espaço Iberoamericano", V *Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Almada, 10 de Maio de 2007, p. 1

²⁷ SANTOS, Maria de Lourdes Lima - "Políticas culturais no Espaço Iberoamericano", V *Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Almada, 10 de Maio de 2007, p. 3

idêntica à da UE relativamente às novas configurações do trabalho cultural e artístico, que é a da emergência de empresas micro que, ao mesmo tempo que viabilizam projectos que, nalguns casos, de outro modo não se realizariam, por outro lado sofrem em geral de subcapitalização e falta de acesso ao mercado.”

O grande problema deste sector é a falta de normativos, embora sempre presentes nos discursos eleitorais, e de apoios a um ramo que representou, entre 1991 e 2001, um forte fator de empregabilidade num país com um número cada vez maior de desempregados. Outra questão problemática é a falta de estratégias integradas de internacionalização dos agentes culturais e das suas produções.

Deve-se ainda ter em conta, na qualificação, a necessidade de criar políticas que combinem a criação dos equipamentos culturais com a sua sustentabilidade, dinamizando uma programação que vá de encontro às necessidades locais, criando um laço de pertença coletiva. As políticas culturais não podem surgir dissociadas das linhas orientadoras da dinamização de espaços e territórios, quer nas cidades de maior dimensão quer nos centros menores e de índole rural.

As políticas culturais só terão sucesso se sustentadas em políticas de criatividade, inovação, sustentabilidade e diversidade, tendo sempre em conta os territórios em que se inserem e os públicos a que se dirigem.

5 – ASSOCIAÇÕES E POLÍTICA CULTURAL AUTÁRQUICA

Uma associação pode ser definida como um grupo de pessoas que se agrega com objetivos comuns, partilhando uma mesma base territorial, com o propósito de se fazer representar publicamente. Trata-se, sociologicamente falando, de um grupo de pessoas que compartilham relações sociais e de identidade, interagindo uns com os outros, aceitando direitos e obrigações enquanto filiados nessa comunidade.

No que respeita a uma autarquia local, esta pode ser definida como:

“uma pessoa coletiva territorial dotada de órgão representativo que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas”²⁸

Portanto, a razão de ser da existência de uma autarquia local é, sobretudo, o seu agregado populacional, sendo que as associações são o reflexo da expressão do dinamismo da comunidade, funcionando como um espelho do seu interesse e necessidades coletivas de segurança, cultura, e bem-estar económico-social.

A política cultural autárquica deve ser construída tendo em conta a procura e os interesses da população, cuja administração local é um agente inclusivo da ação cultural.

As entidades públicas locais, como as autarquias devem funcionar como agentes incentivadores deste tipo de manifestações coletivas, devendo por isso, apoiar o seu surgimento e o seu desenvolvimento, para que estas perdurem no tempo e não se transformem em meros sorvedores dos dinheiros públicos, respeitando as regras estabelecidas legalmente, que de uma maneira geral são as que a seguir se descrevem como meios para a formação legal de uma associação.

Para tal, pode utilizar os meios legais existentes na forma tradicional, recorrendo à variada legislação existente em Diário da República e respetivos Códigos, sejam eles o Civil ou o Tributário, entre outros, dependendo da sua natureza jurídico-legal. Ou então, recorrer à iniciativa Associação na Hora²⁹, através da plataforma existente na internet, onde estão também presentes os documentos necessários, assim como os passos a seguir, para a criação da associação.

É verdade que muitas associações se debatem com fortes problemas financeiros que levam a uma redução do trabalho prestado, sendo que neste ponto deve ser considerado pelas autarquias, a cooperação entre as diversas entidades, sejam de carácter particular ou não, numa lógica de planeamento orçamental coerente e equilibrado e de um maior envolvimento dos associados, sem que as autarquias se tornem no principal agente de funcionamento destas associações. Isto é, a autarquia deve funcionar como um elemento de ajuda e não de substituição, dando espaço ao desenvolvimento autónomo e autossuficiente das instituições, nomeadamente no aspeto financeiro.

²⁸ Constituição da República Portuguesa, artigo 235º.

²⁹ Disponível no sítio da internet <http://www.portaldocidadao.pt>, no separador dossiês, na hiperligação dedicada ao tema, intitulada, “*Como criar uma associação?*”.

Esta evolução tem de funcionar com o estabelecimento de regras que assegurem um maior controlo e transparência na atribuição dos apoios tanto financeiros como logísticos, essenciais a um normal funcionamento das instituições.

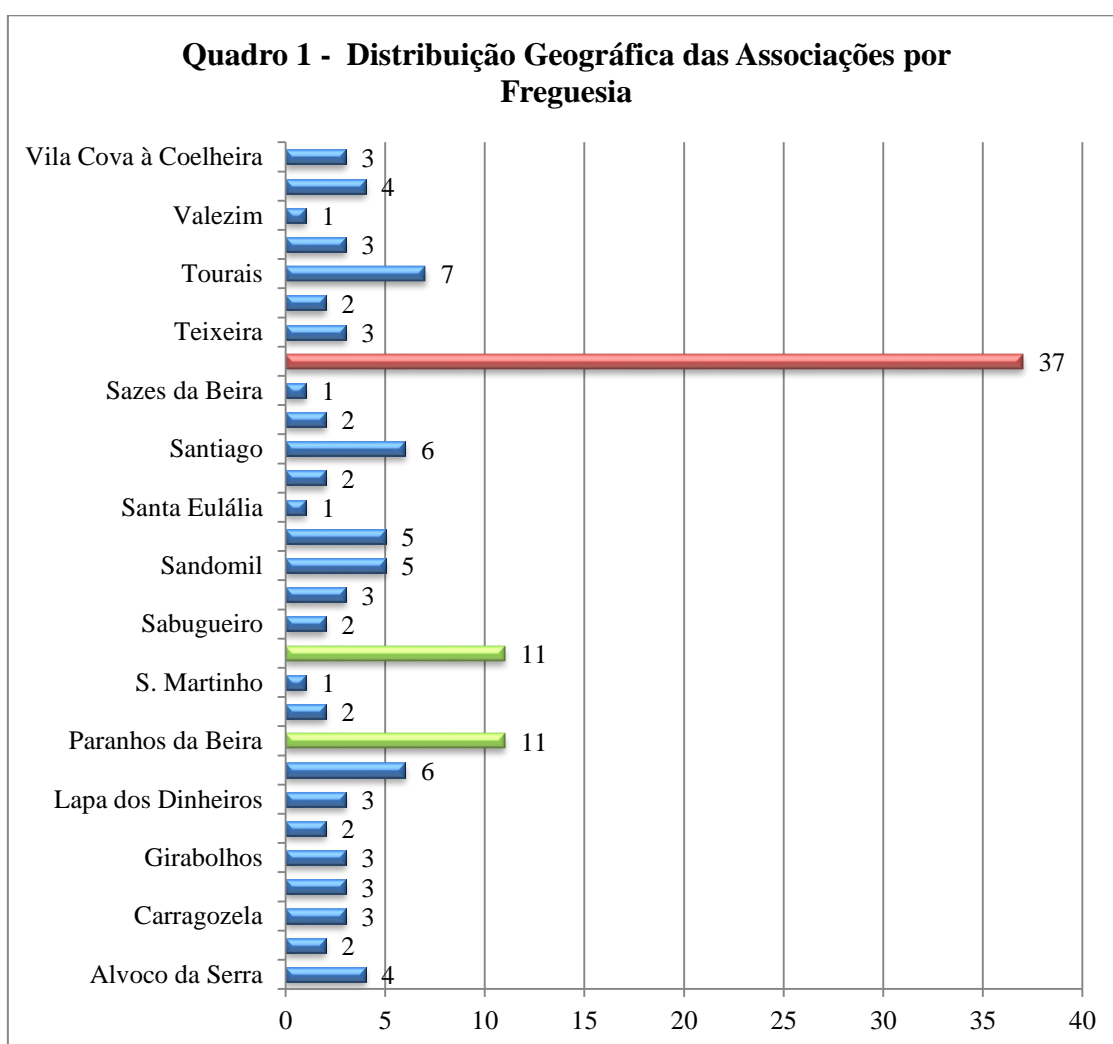
6 - CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO DE SEIA

6.1 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Quadro 2 – Distribuição Geográfica das Associações

associações, espalhadas pelo Concelho. Como se poderá verificar, através do quadro 1 que se segue, todas as freguesias possuem uma ou várias associações, mas a maior parte delas está concentrada nas freguesias de Seia e S. Romão.

As associações dividem-se em vários tipos, segundo o seu âmbito e nem todas estão atualmente a funcionar. Procurou-se, então, elaborar um inquérito que foi enviado a todas as associações, tendo-se verificado que apenas 5 responderam. Apresenta-se em seguida um quadro e um mapa onde se revela a distribuição geográfica das associações.



Nº de associações	
0-5	
6-13	
14-21	
22-29	
30-37	

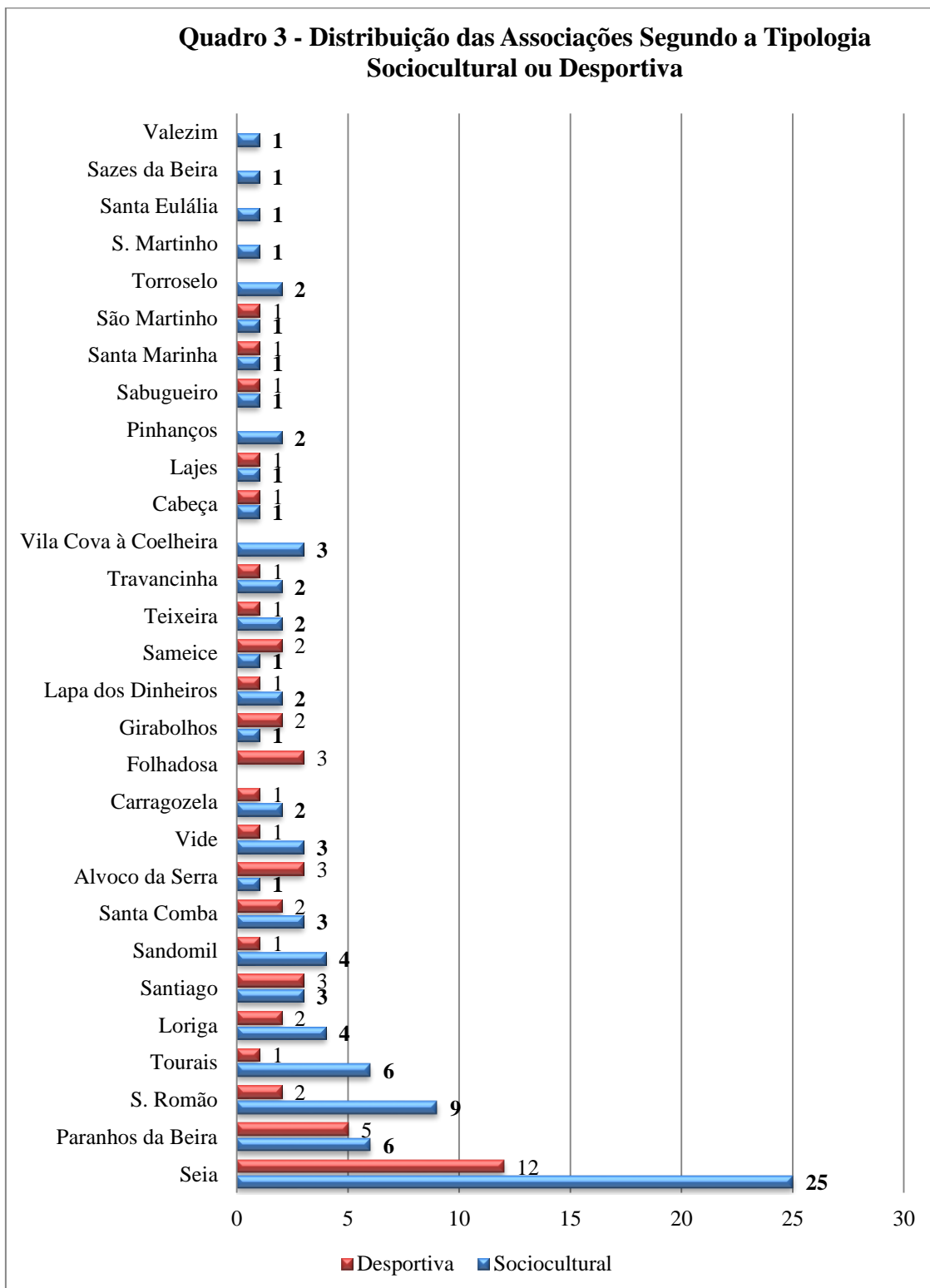


Confrontando-os podemos verificar que:

1. Todas as freguesias, independentemente do seu tamanho, possuem pelo menos uma associação.
2. As freguesias de Seia, S. Romão e Paranhos (em igualdade com S. Romão), possuem mais associações que as restantes freguesias, pois a concentração populacional é maior, e são freguesias que fazem parte do núcleo urbano da sede de Concelho. No seu total possuem 59 das 138 associações existentes, ou seja, cerca de 42,75% do total.

6.2 – DISTRIBUIÇÃO TIPOLÓGICA

Continuando a análise das associações, estabeleceram-se dois grandes grupos, em função do seu carácter sociocultural ou o desportivo, tendo-se chegado a este quadro:



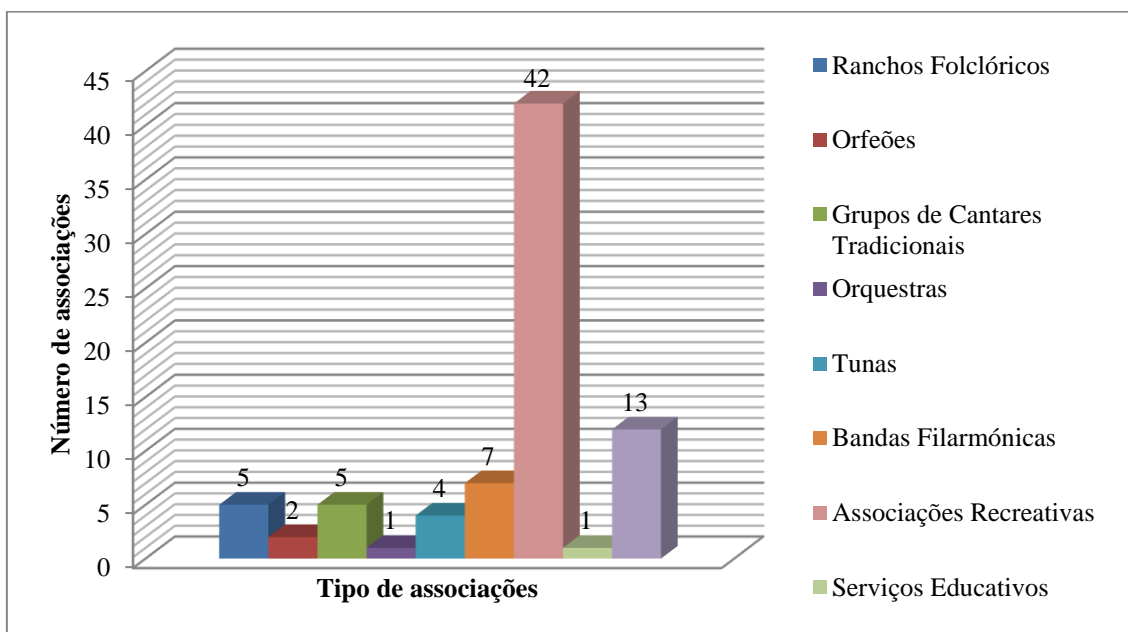
Como se pode perceber, nas 29 freguesias, 21 têm uma associação de carácter sociocultural e uma associação de carácter desportivo, sendo que, apenas 8 freguesias têm uma só associação.

Dentro destas 8 freguesias (Folhadosa, Pinhanços, S. Martinho, Santa Eulália, Sazes da Beira, Torroselo, Valezim e Vila Cova à Coelheira) percebemos que das associações existentes, 7 são de carácter sociocultural e apenas 1 é de carácter desportivo. No seu todo, pode verificar-se que são 59 as associações de carácter desportivo e 79 as associações de índole sociocultural. Este fator atesta o carácter de proximidade e de apoio que reveste o movimento associativo em terras do Sena.

De entre estas últimas:

5 são Ranchos Folclóricos; 2 são Orfeões; 5 são Grupos de Cantares Tradicionais; 4 são Tunas; 7 são Bandas Filarmónicas; 42 são Associações Recreativas; 1 prestadora de Serviços Educativos e 13 são Associações Humanitárias ou de carácter social.

Quadro 4 - Número de associações distribuídas segundo o seu âmbito de atividade



Todas as associações, independentemente do enquadramento legal³⁰ que assumem, procuram, a determinada altura, conseguir o estatuto de utilidade pública. Este representa para a coletividade que o obtém um reconhecimento do trabalho desenvolvido em prol da comunidade e, ao mesmo tempo, um cuidado maior com o trabalho a desenvolver, assim como num maior rigor financeiro. Daí, existirem algumas associações, cujo funcionamento por vezes não é muito claro, dado que não querem ter esse estatuto, pois origina um maior controlo.

Uma fiscalização rigorosa deverá ser feita também pelos Municípios que, devido ao facto de muitas vezes terem uma relação de proximidade com os dirigentes associativos, tendem a flexibilizar a sua ação, esquecendo alguns mecanismos de controlo que devem existir.

Será, de facto, necessário respeito mútuo, para que a relação entre os dois intervenientes corra de boa feição. É baseado neste conceito de respeito mútuo que se devem estabelecer mecanismos eficazes de controlo, uma vez que, no caso dos apoios dados pelo Município, estamos a lidar com dinheiros públicos, e que, por isso, o município tem o dever de respeitar os contribuintes, os munícipes, aplicando estes dinheiros públicos de forma eficaz e sem desperdícios.

³⁰ Vide anexo VI

6.3 – ESTUDOS DE CASO

Através do método de amostra irei agora apresentar algumas das 138 associações existentes nas 29 freguesias. Será de referir, mais uma vez, que não falarei de todas nem do seu trabalho, pois, após envio de inquéritos para atualização de dados das associações, apenas 6 responderam, o que impossibilitou uma maior recolha de informações relativas ao trabalho de cada uma das instituições.

Procurarei, então, demonstrar o tipo de trabalho que pretendia ter realizado com vista à atualização da base de dados a figurar no Município. Em vez de realizar uma análise dos dados recolhidos através dos inquéritos apresentarei a proposta de funcionamento da página do município no que ao associativismo diz respeito. Assim sendo, o que eu sugeri fazer-se é representado no esquema que a seguir apresento e explico.

Aproveitando a página do município e os destaques que remetem para o associativismo, proponho que a informação básica sobre as associações seja colocada da seguinte forma. Utilizando a página do município em www.cm-seia.pt, abrir o separador *cultura*. Em seguida, seleccionar o separador *associativismo*, e consultando a lista apresentada, seleccionar o tipo de associação ou associações que se pretende consultar³¹. Ver-se-ia uma lista já atualizada das associações que correspondem à seleção feita.

Finalmente, surgiria um documento em word ou num formato mais apelativo, que iria remeter para um documento como o que a seguir se segue, no qual constavam as informações mais importantes:

- **Nome.**

- **Localização – Morada.**

- **Contactos:**
 - Telemóvel (eis) e/ou telefone (s); Fax; Página pessoal do grupo; Correio electrónico; contacto nas redes sociais (facebook, twitter, blogs, entre outros).

- **Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades.**

³¹ Estes passos podem ser consultados na página do município.

- **Pelo menos uma foto da associação.**

O tipo de documento a apresentar seria algo como o que a seguir se apresenta como casos de estudo, a saber:

- 1. Rancho Folclórico "Os Camponeses da Teixeira"**
- 2. Banda Sociedade Musical "Estrela da Beira"**
- 3. Associação Recreativa - Liga de Amigos de Frádigas**
- 4. Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Seia**
- 5. Orfeão de Seia**
- 6. Balancé da Cabeça**

Desta forma acredito que o município poderia fazer uma melhor divulgação do trabalho realizado pelas associações do Concelho.

Rancho Folclórico "Os Camponeses da Teixeira"³²

³² Informação recolhida através do endereço eletrónico, <http://www.tradicoespopulares.com/cms/view/id/6614>, consultado em 7 de Abril de 2013, às 16h.59m

Localização:

Rua da Escola, 18
6825-051 Teixeira
Seia

Contactos:

Telemóvel: 962 385 243



Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

O Rancho Folclórico Etnográfico os “Camponeses de Teixeira” foi fundado a 7 de Dezembro de 2002. A escolha do nome foi feita em função da necessidade de estabelecer uma ligação entre os variados ofícios relacionados com os trabalhos do campo que outrora se afirmaram na freguesia.

A freguesia da Teixeira pertence ao Concelho de Seia, distrito da Guarda. Teixeira, provém de "teixe", significando peça de ouro. Pensa-se que a povoação teve a sua origem nas lides dos pastores que outrora construíram choupanas e depois casa de pedra no Cabeço. Vindo um descendente a fixar-se em Teixeira de Basto.

Com D. João IV, Teixeira ganhou autonomia religiosa e uma capela que ainda hoje existe, tendo como orago Nossa Senhora da Conceição.

O Rancho Folclórico Etnográfico os “Camponeses de Teixeira” é constituído por cerca de 30 elementos com idades compreendidas entre os 7 e os 80 anos. Os instrumentos que o grupo apresenta são: o acordeão, o bombo, o bandolim, os ferrinhos e a pandeireta.

Os trajes do grupo são muito diversificados, destacando-se o do agricultor pobre, o do lavrador abastado ou rico, o do carvoeiro, o do pastor, o do resineiro, o do moleiro, o dos noivos e o dos miúdos. Cada um destes trajes é representado por um par.

As danças do grupo são muito variadas com temas locais e regionais bem conhecidos no panorama do folclore. São elas o famoso fado mandado serrano, as viradas serranas e minhotas, a recadeia, a ciranda, o resineiro, etc.

O Rancho Folclórico “Os Camponeses de Teixeira” tem desenvolvido um trabalho muito importante, com o objetivo de divulgar e mostrar a todos a cultura tradicional serrana, da beira Estrela.



Banda Sociedade Musical "Estrela da Beira"³³

Localização:

Sociedade Musical Estrela da Beira

Rua da Banda, n.º2

6270-196 Santa Marinha Seia

Contactos

³³ Informação obtida através do inquérito realizado, ver anexo III.

Telemóvel: 962073818 ou 927032997

Correio eletrónico: smebsm@gmail.com



Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

Vivia-se o ano de 1846 quando, numa aldeia da Serra da Estrela, um pequeno grupo de gente trabalhadora, unidas por um enorme gosto pela música, formou um grupo musical. Fundou-se, então, a Sociedade Musical Estrela da Beira, a 22 de Setembro de 1846.

Muitas eram as dificuldades daqueles tempos, não havendo transportes, pelo que a Sociedade se deslocava para as diversas festividades a pé, carregando os seus instrumentos, debaixo de todos os tipos de intempéries, mas nunca esmorecendo e honrando, por isso, sempre os seus compromissos, divulgando o nome da atual Vila de Santa Marinha.

A vontade do povo da vila era grande e, em várias casas particulares, juntavam-se amigos e colegas da banda para juntos ensaiarem novo repertório.

Finalmente, com a nobre iniciativa da família de Manuel Marques Almeida, que, ofereceu um terreno para a construção da sede da banda, deu-se corpo a uma vontade antiga e, através da generosidade e força do povo, construiu-se a atual sede da Sociedade Musical Estrela da Beira de Santa Marinha. A inauguração ocorreu em 1976

A partir daí, a coletividade só podia evoluir, nunca esquecendo os momentos difíceis que passou até aos dias de hoje. Participou em inúmeras romarias, festas, festivais, comemorações e eventos por todo o país.

Associação Recreativa - Liga de Amigos de Frádigas³⁴

Localização:

Liga dos Amigos de Frádigas

Frádigas

6285-067 Vide

³⁴ Informação obtida através do inquérito realizado, ver anexo III.

Contactos:

Telefone: 238 661 077

Telemóvel: 96 602 43 32

Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

Fundada a 1 de Abril de 1962 com o nome de Grupo Progressivo de Melhoramentos de Frádigas, mais tarde denominada Liga Recreativa dos Amigos de Frádigas (LAF) e finalmente, Liga dos Amigos de Frádigas, esta instituição foi criada, por um grupo de Fradiguenses residentes em Lisboa, com o propósito de, em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Vide e a Câmara Municipal de Seia, colaborar na promoção de benefícios e melhoramentos da povoação de Frádigas que à data era “um buraco no fim do mundo”, perdido na Serra, inacessível, onde tudo faltava, desde a estrada, telefone, água ao domicílio etc.

Frádigas na altura, apenas tinha uma escola primária, ainda uma Capela, um chafariz e um lavadouro público.

Em Lisboa, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, através de festas, bailes e piqueniques, leilões e quermesses angariavam-se fundos com a finalidade de levar por diante algumas das obras mais importantes da povoação, da iluminação à abertura da estrada e seu alcatroamento, beneficiação de caminhos, levada, etc. Foi a LAF que pagou o projeto de eletrificação pública e a abertura da estrada Barriosa-Frádigas, custeando também algumas expropriações. Igualmente deu uma contribuição financeira para o alcatroamento da estrada.

A capital do país era a “sede” de inúmeras ações de beneficência, e a elas se deve, sem dúvida, algum do progresso que se registou por toda esta região serrana. Frádigas não fugiu à regra.

Espalhados um pouco por toda a parte, a Liga conta com cerca de trezentos e cinquenta associados, número significativo, que continua a aumentar. O espírito regionalista mantém-se presente mesmo nas gerações mais jovens. Basta dizer que, a maioria das crianças da 3ª geração, nascidas nos últimos anos, foram desde logo inscritas como sócios à nascença, quer pelos pais quer pelos avós.

Todo o progresso de Frádigas se deve ao empenho da Liga dos Amigos de Frádigas e à pareceria que até hoje a mesma



mantém com a Câmara Municipal de Seia e a Junta de Freguesia de Vide.

Apesar das dificuldades atuais para a constituição dos Corpos Gerentes, a LAF permanece dinâmica e empenhada na resolução de algumas carências de Frádigas, sendo a principal a falta de saneamento básico. Constitui-se como o elo de ligação entre as várias gerações, e os eventos que tem levado a cabo ao longo dos anos são um momento de união entre todos.

Tem como objetivos a promoção do desenvolvimento das condições da população de Frádigas, proporcionando atividades em que se dinamizem a cultura e as tradições populares, promovendo turisticamente a aldeia. Visa ainda manter vivas as raízes das gerações descendentes que não nasceram em Frádigas, nomeadamente com a comunidade residente em Lisboa e no estrangeiro.

Embora tenha estatutos de IPSS, funciona mais como Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos da povoação de Frádigas.

Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Seia³⁵

Localização:

Alameda Dr. Simões Pereira (antiga escola primária, n.º1) – Seia

³⁵ O texto aqui apresentado resulta da informação obtida através do inquérito realizado, ver anexo III, e através das informações disponíveis nas páginas da internet: <http://seia.cruzvermelha.pt/> e <http://www.cruzvermelha.pt/cvp/historia/568-breve-historial.html> consultadas a 7 de Abril de 2013, às 18h12m.

Contactos:

Telemóvel: 926277073

Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

Fundada por José António Marques, a Cruz Vermelha Portuguesa iniciou a sua atividade a 11 de Fevereiro de 1865 sob a designação de “Comissão Provisória para Socorros e Feridos e a Doentes em Tempo de Guerra”.

Ao longo dos tempos, a Cruz Vermelha Portuguesa, por si só ou no quadro do seu Movimento Internacional, tem vindo a atuar em cenários emergentes de conflitos armados e/ou de desastres e catástrofes naturais, tanto em território nacional, como internacional. Diariamente, esta Instituição procura prestar assistência humanitária e social em especial aos grupos mais vulneráveis – idosos, dependentes, crianças, vítimas de violência doméstica, pobres, imigrantes, sem abrigo, toxicodependentes, reclusos, pessoas com deficiência, entre outros.

Em simultâneo, a Cruz Vermelha Portuguesa desenvolve a sua atividade através da prestação de serviços e do desenvolvimento de áreas como Saúde; prevenção e preparação para a Emergência; Formação e Empreendedorismo; Ensino Profissional; Ensino Superior da Saúde; Ensino de Socorrismo; Educação para a Saúde; Cooperação Internacional e difusão do Direito Internacional Humanitário.

Desde a sua fundação, a Cruz Vermelha Portuguesa assistiu as vítimas de vários conflitos. A delegação da Cruz Vermelha em Seia está ativa há 3 anos e meio e tem vindo a exercer um papel relevante na área da saúde e social.

Nos últimos 10 anos levou a cabo as seguintes atividades:

- Apoio ao peregrino (enfermeiros, massagistas, pedologista, médicos, voluntários e membros);
- Ação de sensibilização sobre os efeitos sobre o sol nos centros escolares;
- Teleassistência;
- Cursos de primeiros socorros certificados;

- Loja social;

- Projeto Portugal + Feliz;

- Angariação de alimentos em hipermercados.



Esta instituição assume legalmente o carácter de organização não-governamental (ONG), tendo contado na realização destes eventos essencialmente com o apoio de pessoas particulares.

Orfeão de Seia³⁶

Localização:

Rua Pintor Lucas Marrão. - Seia

Contactos

Telemóvel: 911705564

³⁶ Informação recolhida através do inquérito enviado, ver anexo III.

Correio eletrónico: orfeaodeseia@sapo.pt



Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

Fundado em 1977, é um grupo misto com uma média de 35 elementos, sediado em Seia. Constitui-se como Associação Cultural e Recreativa por escritura pública em 30 de Dezembro de 1980, tendo participado em mais de 500 concertos de norte a sul do país. Além fronteiras, efetuou vários concertos: nordeste de França, aquando da gemação das cidades de Seia e Contréxeville; Espanha nas cidades de Moaña e Ciudad Rodrigo; Itália, na região da Toscana nas localidades de Chianciano-Terme, Pienza, Montelpuchiano e Siena; República Checa em Opava e Klimkovic. Em 2005, esteve na cidade da Normandia, Domfront, em França.

Foi declarado como Instituição de Utilidade Pública, através do Diário da República II Série nº 250 de 1999-10-26, tendo sido elaborado o Diploma pela Presidência do Conselho de Ministros em 11 de Novembro de 1993.

Em 2003, deslocou-se à ilha da Terceira, nos Açores, a fim de participar no XVI Encontro de Coros da Ilha Terceira, onde teve a honra de cantar para a sua Ex^a o Bispo D. Ximenes Belo, prémio Nobel da Paz.

Em Junho de 2004, deslocou-se à Madeira, a convite do Coro de Câmara de Câmara de Lobos.

Foi o organizador do primeiro Congresso de Coros Nacional, tendo, mais tarde, sido criada a Federação Nacional Movimento Coral (FENAMCOR).

Balancé da Cabeça³⁷

Localização:

“BALANCÉ DA CABEÇA” - Tuna/Grupo de Cantares

³⁷ Informação recolhida através do inquérito enviado, ver anexo III.

Av. da Independência, n.º 24

6270-021 Cabeça

Contactos:

Telefone: 966735784

Telemóvel: 919263980

Correio eletrónico: balancedacabeca@gmail.com

Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

O “Balancé da Cabeça” utiliza um espaço emprestado, nas instalações do Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça, onde ensaiam ao Sábados

O grupo tem 15 elementos (homens e mulheres) e foi criado em 1 de Janeiro de 2011. Chama-se “Balancé da Cabeça” porque quer balancear, movimentar, imprimir energia aos valores culturais da aldeia de Cabeça, uma bonita aldeia de montanha, na Serra da Estrela.

A 1 de Janeiro de 2011 cantaram as Janeiras em Cabeça. Continuaram a trabalhar arduamente e, a 15 de Abril de 2011, fizeram a primeira apresentação pública, sozinhos, na inauguração da “1ª aldeia Led de Portugal – Cabeça”, com a presença da Secretária de Estado da Administração Interna, Dalila Araújo.

Posteriormente, atuaram em 3 programas da RTP, em 3 programas de rádios locais, em várias festas de instituições de solidariedade, em eventos da Rede de Aldeias de Montanha, em eventos de escolas e de grupos, em festas religiosas e até participaram em Lisboa na manifestação nacional da ANAFRE contra a agregação das freguesias.

Organizaram, em Cabeça, o 11º Encontro de Grupos de Amentá das Almas do Concelho de Seia. Estabeleceram uma parceria de intercâmbio com o grupo “Gerações” de Carragozela. Criaram também o traje e o estandarte. Nos anos de 2011 e de 2012 fizeram 15 atuações públicas.

Criaram o site oficial na internet e dispõem de uma página no facebook, podendo o seu historial ser consultado em <http://balancedacabeca.blogspot.com>.



Maratona Clube de Vila Chã³⁸

Localização:

Maratona Clube Vila-Chã
Rua Virgílio Espírito Santo Silva N°3
6270-186 Santa Comba - Seia

³⁸ Informação recolhida através do inquérito enviado, ver anexo III.

Contactos:

Telemóveis: (Jacinto Correia) 919972830

(Paulo Garcia) 969195691

Correio eletrónico: mcvilacha@gmail.com

Página: <http://mcvilacha.blogspot.com/>

Historial e breve caracterização do grupo e das suas atividades

O MC Vila-Chã foi legalmente constituído no dia 20 de Setembro de 2011. Surgiu por vontade do seu atual Presidente, Jacinto Correia, que como atleta teve o seu auge, no Clube de Futebol “Os Belenenses”.

Esteve durante vários anos a trabalhar na Inglaterra, o que fez com que participasse nas mais célebres maratonas do mundo. Finalmente, em Portugal passou por vários Clubes locais, integrando no final de 2011, o projeto do atletismo na Associação.

Contactou vários elementos da atual direção e tomou-se a iniciativa de constituição desta Associação.

No 1º ano de atividade, com muito trabalho e dedicação, a mesma conseguiu:

- 10 títulos nacionais
- 32 títulos distritais
- 7 títulos distritais por equipa

- Presença na Seleção Nacional de Veteranos.

Sem possibilidade financeira de ter sede própria, a associação toma como sede a morada do Tesoureiro do Maratona Clube, Paulo Garcia em Vila-Chã:

Rua Virgílio Espírito Santo Silva Nº 3
6270-186 Santa-Comba Seia

Pode ser contactada por correio eletrónico (mcvilacha@gmail.com) ou para:

- Jacinto Correia - 919972830

- Paulo Garcia – 969195691

Existe ainda a possibilidade de sermos contactados, praticamente todos os dias no Estádio Municipal de Seia, visto ser o local de treinos dos nossos atletas.

7 - A POLÍTICA CULTURAL DE SEIA E O ASSOCIATIVISMO

Para o desenvolvimento deste ponto foram solicitados ao Município de Seia, através da Divisão Financeira, os dados relativos aos apoios atribuídos pelo Município nos últimos dez anos, nomeadamente, de 2003 a 2012.

Após o tratamento destes dados, verificou-se que estes só eram passíveis de consulta de uma forma genérica, uma vez que as informações se encontravam demasiado dispersas.

Tendo em conta este ponto, propus a realização de uma base de dados, onde os mesmos pudessem ser inseridos, tornando a sua consulta mais acessível. Como primeiro passo, compilei as informações que me foram dadas tendo como ponto de partida a lista de associações, já atrás referida.

Antes de proceder à apresentação dos resultados creio ser necessário esclarecer alguns critérios utilizados. Os dados apresentados reportam-se aos totais anuais de transferências, que se encontram distribuídos por 3 rúbricas:

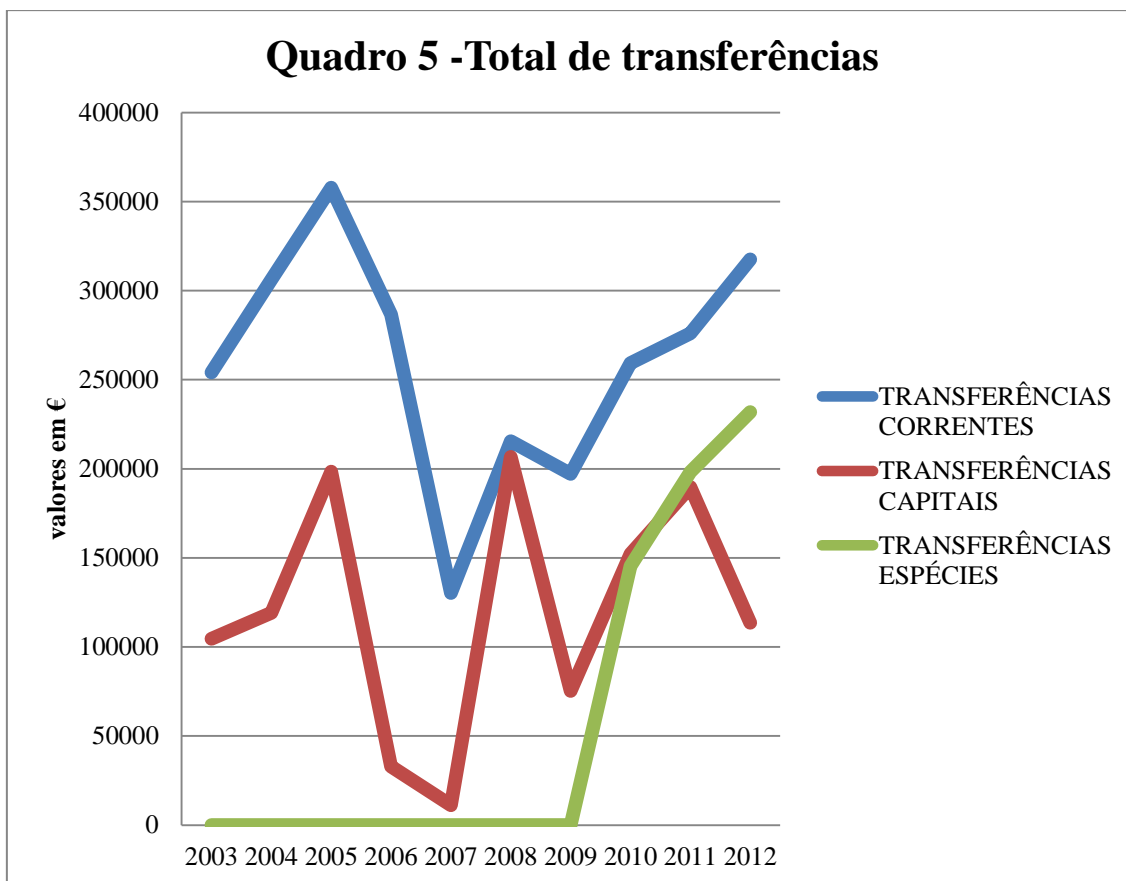
1. Transferências Correntes – Referentes aos apoios atribuídos de forma regular, por exemplo, os subsídios de carácter anual ou pontual.

2. Transferências de Capital – Apoios para a aquisição de equipamentos, obras, contratos de comodato.

3. Transferências em Espécie – Este tipo de apoio só é passível de quantificar a partir do ano de 2010, altura em que se começou a fazer um controlo mais rigoroso dos gastos, neste campo.

Este tipo de transferências diz respeito ao apoio atribuído pelo Município relacionado com a isenção do pagamento de custos relacionados com o normal funcionamento das sedes (água, luz, rendas), aluguer de espaços ou deslocações.

Pode-se, então, verificar, através do gráfico resultante da análise dos dados recebidos, e que a seguir se apresenta, que nestes dez anos, e apesar dos constrangimentos resultantes da crise e do plano de reequilíbrio financeiro das Autarquias, o apoio ao associativismo tem vindo a registar um crescimento, embora irregular, acompanhando um maior ou menor volume de atividade desenvolvida pelas associações. Logo, o apoio mantém-se, independentemente dos respetivos orçamentos disponíveis. Desta forma, verifica-se que o Município de Seia considera importante o movimento associativo do Concelho.



Em termos de regulamentação de apoios, o contrato federativo é o que melhor está regulamentado, pois de uma forma geral, é um contrato por objetivos. Assim sendo, e após a comprovação dos resultados pelas respetivas entidades desportivas, que homologam os resultados desportivos obtidos, é atribuído um maior ou menor apoio, consentâneo com o cumprimento dos objetivos propostos antes do início de cada época desportiva.

Estes objetivos são os que constam do Plano de Atividades a que estão obrigados, quer pelos respetivos estatutos, quer pelo regulamento de atribuição dos subsídios. Tal Plano de Atividades, assim como, o Relatório e Contas têm que ser obrigatoriamente enviados para que o Município, em sede própria, decida de uma forma mais sustentada que tipo de subsídios pode atribuir.

No que concerne ao restante associativismo as direções de cada coletividade também são obrigadas a remeter todos os anos os respetivos Planos de Atividades e Relatório e Contas, para que se pondere melhor o uso a dar aos dinheiros públicos atribuídos pelo Município para este setor.

Ao analisarmos o gráfico, da página anterior, podemos verificar que o ano de 2005 foi o ano com um montante maior de transferências correntes, 357.758,32€, sendo o menor o de 2007, com 130.254,25€.

No que se refere às transferências de capitais, o ano com o montante maior de transferências foi o ano de 2008, com 206.642,64€, e o que teve um menor número de transferências foi o ano de 2007, com 11.195€.

No que diz respeito à evolução temporal, podemos ainda notar que de 2003 a 2005, se registou uma subida no número de transferências correntes, 254.138,78€ até aos 357.758,32€. Esta subida foi acompanhada também por um maior valor nos montantes relativos às transferências de capitais, 104.596,2€ até 198,461€.

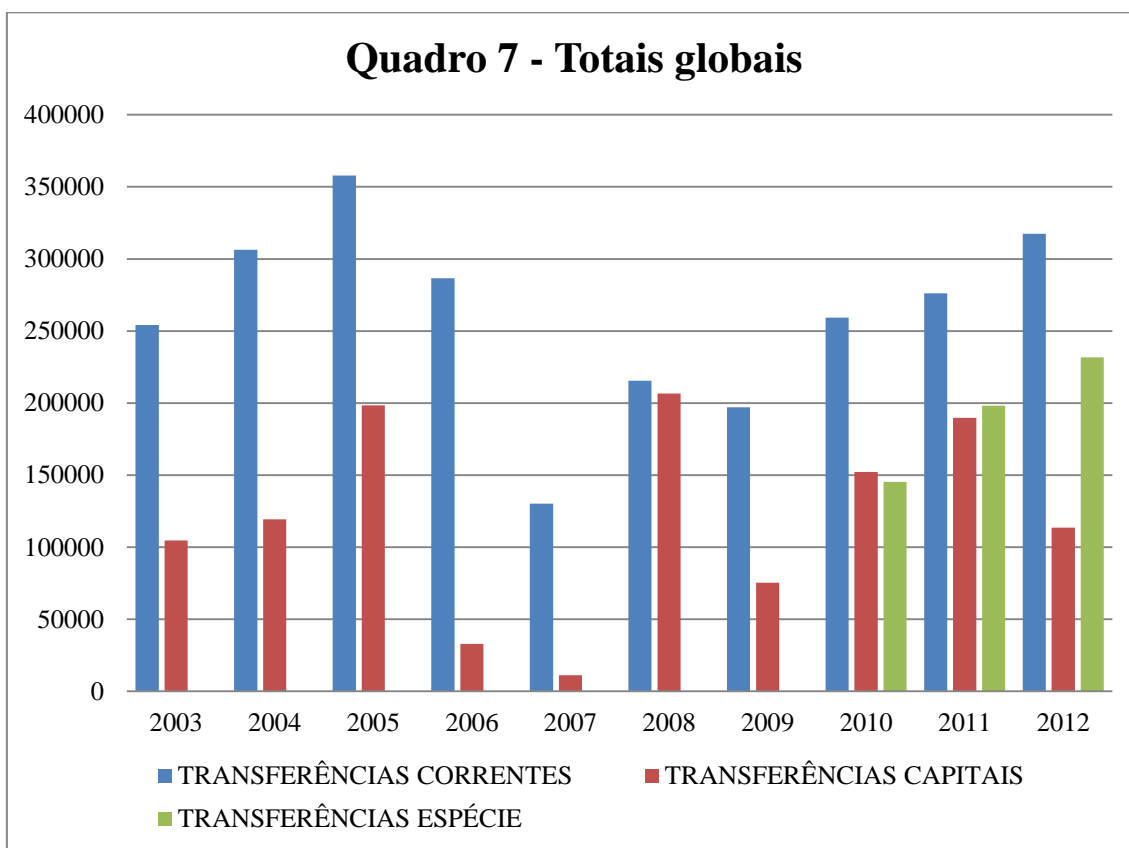
A maior descida reporta-se aos anos de 2006 e 2007, também para as transferências correntes como para as transferências de capitais, de 286.577,92€ até aos 130,254,24€, e dos 32.889,1€ até aos 11.195€, respetivamente.

Não foi possível apurar as razões que justifiquem a irregularidade dos valores apresentados. Pelo que, podemos aferir, que estas se prendem com uma maior ou menor transferência da percentagem do orçamento municipal para a cultura, assim como de uma maior ou menor atividade das associações.

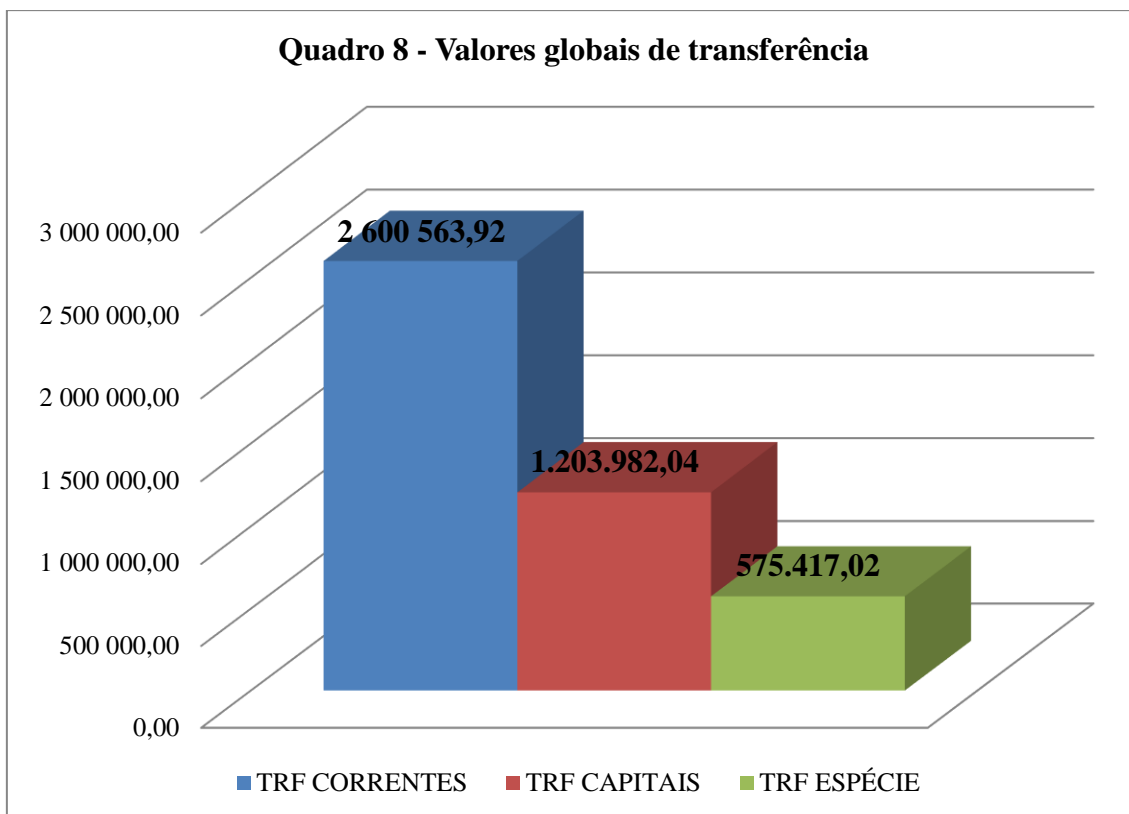
Por forma a melhor se perceber a evolução da distribuição destas transferências relativas aos apoios globais atribuídos apresenta-se em seguida um quadro com os valores globais anuais pagos entre os anos de 2003 e de 2012, seguido do respetivo gráfico.

Quadro 6 -Valores globais anuais pagos entre 2003-2012

	2003	2004	2005	2006	2007
TRANSF. CORRENTES	254.138,78	306.243,12	357.758,32	286.577,92	130.254,25
TRANSF. CAPITAIS	104.596,2	119.221,2	198.461,6	32.889,1	11.195
TRANSF. ESPÉCIES	0	0	0	0	0
	2008	2009	2010	2011	2012
TRANSF. CORRENTES	215.468,88	197.120,03	259.342,73	276.117,16	317.542,73
TRANSF. CAPITAIS	206.642,34	75.311,49	152.302,4	189.762,19	113.600,52
TRANSF. ESPÉCIES	0	0	145.410,21	198.217,58	231.789,23
TOTAIS GLOBAIS					
TRANSF. CORRENTES	2.600.563,92				
TRANSF. CAPITAIS	1.203.982,04				
TRANSF. ESPÉCIES	575.417,02				



Globalmente, verifica-se que as transferências correntes representam o total de 2.600.563,92€. (mais de 50% em relação à transferência de capitais). Para melhor se perceber esta diferença apresento um gráfico comparativo dos valores transferidos.



Portanto, são valores para manter as associações com subsídios em dinheiro; existindo pouco capital para as equipar, menos de metade do valor das transferências correntes; também poucas transferências em espécie.

Comprova-se, genericamente, o forte apoio que o Município de Seia dá ao desenvolvimento associativo do Concelho, considerando-o como um veículo da cultura municipal, nomeadamente em tempos de crise.

Como se pode demonstrar pelo quadro a seguir apresentado, no global o investimento realizado nos últimos dez anos pelo município de Seia, relativamente à cultura, representa cerca de 8,2%. Esta percentagem é relativa à conta de gerência, pois considero mais correto apreciar a % relativa à conta de Gerência, dado que se trata do que foi pago no ano em causa, ao contrário do Orçamento que trata apenas de uma previsão e durante muitos anos é superior ao de facto pago.

Quadro 9 – Dados relativos às percentagens do orçamento municipal atribuído à cultura desde 2003-2013

	2003	2004	2005
Outros gastos cultura³⁹	2.217.554,02	2.698.089,68	1.853.517,08
Valor total orçamento	22.443.353,00	38.856.548,00	49.612.542,00
Valor total conta gerência	19.684.550,33	18.016.849,46	21.506.254,36
% Sobre orçamento	11,5%	8,0%	4,9%
% Sobre conta gerência	13,1%	17,3%	11,2%

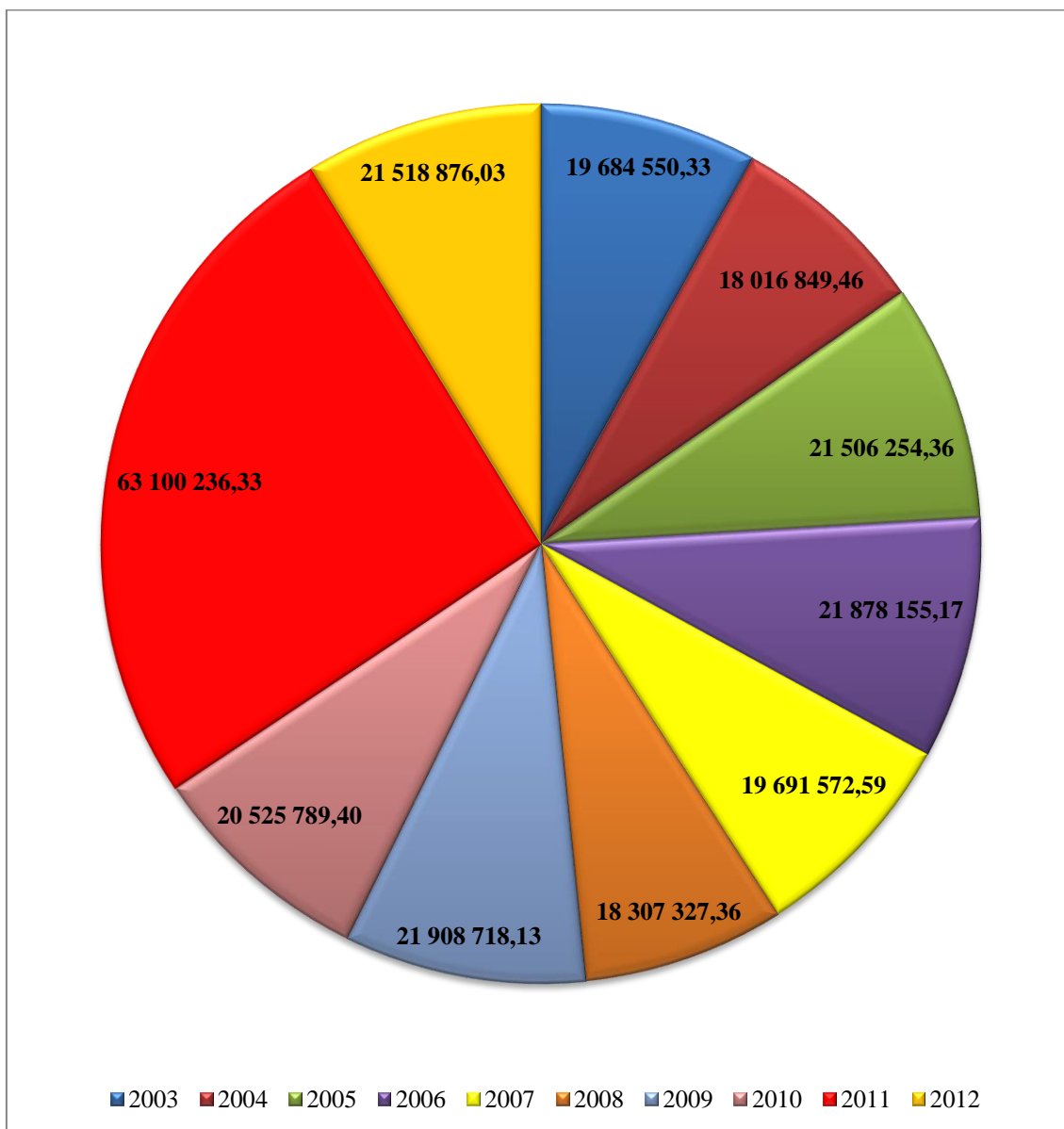
	2006	2007	2008
Outros gastos cultura	1.900.965,98	1.914.308,75	1.932.497,78
Valor total orçamento	53.993.904,00	41.778.779,00	40.362.698,00
Valor total conta gerência	21.878.155,17	19.691.572,59	18.307.327,36
% Sobre orçamento	4,1%	4,9%	5,8%
% Sobre conta gerência	10,1%	10,4%	12,9%

	2009	2010	2011
Outros gastos cultura	2.115.801,48	2.932.778,87	2.512.135,65
Valor total orçamento	46.241.577,00	40.511.761,00	69.972.769,00
Valor total conta gerência	21.908.718,13	20.525.789,40	63.100.236,33
% Sobre orçamento	5,2%	8,6%	4,5%
% Sobre conta gerência	10,9%	17,0%	5,0%

	2012
Outros gastos cultura	2.330.960,75
Valor total orçamento	27.788.360,00
Valor total conta gerência	21.518.876,03
% Sobre orçamento	10,8%
% Sobre conta gerência	13,9%

³⁹ Esta rubrica baseia-se nos dados inscritos na resposta dada ao inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

QUADRO 10 – MONTANTES CONTA GERÊNCIA



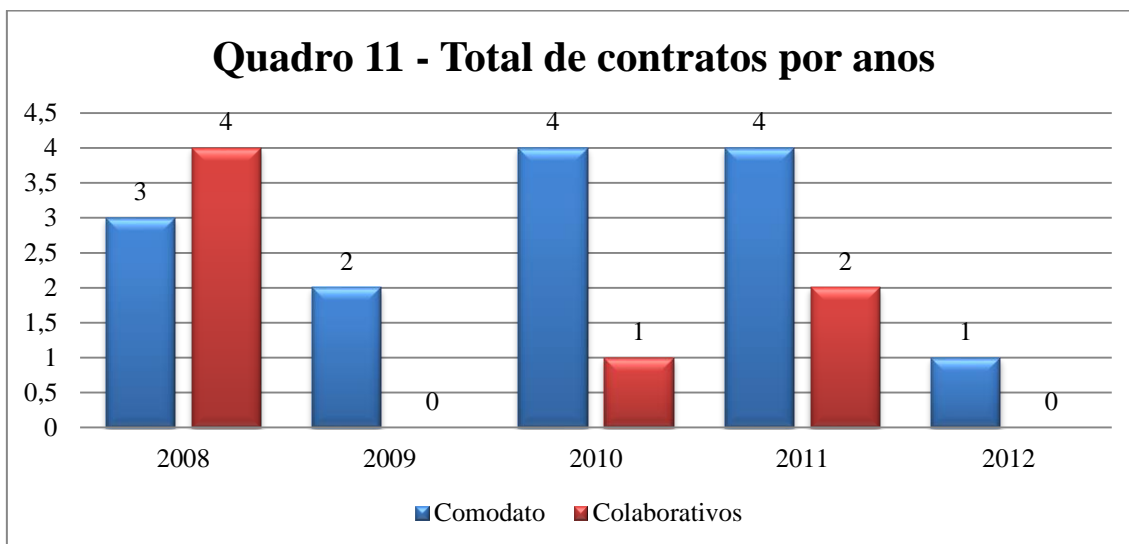
Como se pode verificar pelo quadro acima, a média dos montantes atribuídos é de 24.613.832,92€, sendo que o ano de 2011, representa o tempo com maior investimento na cultura, com o montante de 63.100.236,33€. Retirando o ano de 2011, podemos ainda verificar que a média de investimento na cultura, por parte do Município é de 20.337.565,87€.

Todavia este esforço realizado pela Câmara Municipal de Seia é, muitas vezes, como em praticamente todas as Autarquias, criticado, considerando-se, injustamente, que esta deveria dar um apoio maior ao associativismo.

Mas, na verdade, muitas associações não têm em conta os contratos de comodato e de colaboração.

Através destes, o Município cede de uma forma gratuita, e por um período de tempo considerável, um espaço preparado para receber o trabalho das associações, sem que estas tenham tido os gastos resultantes da construção ou da aquisição destes.

Infelizmente, só se conseguiram obter os dados quantitativos a partir do ano de 2008, mesmo que sem referência aos montantes envolvidos, que são consideráveis. Pelo que, apresento, em seguida, uma tabela com o respetivo total.



Como se pode verificar em 2008, foram realizados 3 contratos de comodato⁴⁰ e 4 colaborativos; em 2009, foram levados a efeito 2 contratos de comodato; em 2010 foram celebrados 4 contratos de comodato e 1 colaborativo; em 2011, foram efetuados 4 contratos de comodato e 2 colaborativos e, finalmente, em 2012, teve lugar 1 contrato de comodato.

⁴⁰ *O comodato é um contrato gratuito, onde não há, por conseguinte, a carga do comodatário, prestações que constituam o equivalente ou o correspondente da atribuição efetuada pelo comodante. A gratuidade do comodato não nega a possibilidade de o comodante impor ao comodatário certos encargos (cláusulas modais). O comodato é ainda um contrato feito no interesse do comodatário. O objeto do comodato há-de ser certa coisa, móvel ou imóvel, e portanto, uma coisa não fungível, dada a obrigação imposta ao comodatário de restituir eadem rem. Sendo a coisa fungível, isto é, apenas determinada pelo género, qualidade e quantidade (art.º 207º Código Civil), o contrato será de mútuo. A entrega da coisa ao comodatário tem por fim o uso desta. Trata-se pois, da simples atribuição do uso da coisa, para todos os fins lícitos ou alguns deles, dentro da função normal das coisas da mesma natureza (art.º 1131º Código Civil) e não, em princípios, da atribuição do direito de fruição (art.º 1132º Código Civil).*

Conclui-se que todos os anos foram celebrados contratos, sejam eles de comodato ou colaborativos, o que representa um elevado investimento, como já foi referido atrás, para um Município que luta contra as dificuldades inerentes ao plano de recuperação financeira e à grave crise económica que enfrentamos. Mas muitas vezes esta contabilidade não é feita pelas associações, levando a que estas se sintam injustiçadas com menores apoios. Logo, a disponibilização de todos estes elementos numa base de dados, única e de acesso livre, tornará a política municipal muito mais objetiva, clara e transparente.

8 - PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Após a realização deste trabalho, cabe-me, agora, deixar algumas soluções que, na minha opinião, podem ajudar a uma melhor interação entre o trabalho realizado entre o Município de Seia e as Associações que fazem parte do Concelho.

Em primeiro lugar, proporia a criação, por parte do Município, de um *Gabinete de Apoio ao Associativismo e às Coletividades*⁴¹, integrado na Divisão Sociocultural do Município. Este gabinete teria como principais objetivos:

1. Fortalecer o associativismo no Concelho, promovendo o diálogo e o intercâmbio institucional entre a Autarquia e os órgãos sociais das associações e coletividades concelhias.

Teria, desde logo, a função de proceder à recolha e informatização de todos os elementos identificativos e caracterizadores da realidade associativa, para criar uma base de dados com o Registo Municipal das Associações e Coletividades Concelhias, que servisse de suporte à análise e decisão dos órgãos municipais sobre a atribuição de apoios e subsídios, de uma forma criteriosa, justa e sistematizada.

De igual modo, passaria a acompanhar, divulgar e registar as atividades programadas e desenvolvidas por todas as associações e coletividades, no sentido de contribuir para a promoção e dinamização dos espaços e eventos socioculturais, incentivando e estimulando o empenho e o trabalho voluntário de todos quantos dedicam parte das suas vidas e do seu tempo às atividades públicas e ao bem comum.

No que concerne à realização de um levantamento exaustivo de todas as associações existentes no Concelho, proponho que seja enviada para as associações uma carta por parte do Município a solicitar as informações relativas a:

a. Historial.

b. Contactos atualizados.

c. Estrutura diretiva atualizada.

d. Plano de atividades atualizado.

⁴¹ À semelhança do que existe por exemplo na Câmara Municipal de Bombarral.

e. Relatório de contas atualizado.

Neste particular defendo:

- O envio e preenchimento destes dados possam ser realizados online, através da criação de uma base de dados na internet, de acesso restrito, colocada na página da internet do Município. Posteriormente, estes dados passarão a estar disponíveis ao público em geral, na página da internet do Município, nos separadores já existentes, tornando mais claro, desta forma, o trabalho realizado pelas associações.

- A atualização seja de carácter obrigatório e anual, à semelhança do que algumas entidades e organismos oficiais já fazem, enviando todos os anos o Plano Anual de Atividades e o Relatório e Contas. No caso de incumprimento, haveria penalizações na atribuição de apoios por parte do Município às associações que não enviassem/inserssem atempadamente as informações solicitadas.

2. Dar apoio legal às associações que assim o desejarem, disponibilizando meios orientadores, como seja a disponibilização do acesso à legislação existente sobre as associações e auxiliar nos aspetos mais burocráticos necessários ao funcionamento regular e legal das entidades associativas.

3. Fomentar a criação de redes integradas de trabalho conjuntas, quer sejam de carácter interassociativo, sem que resulte daqui uma perda de identidade de cada associação, quer sejam entre o Município e as Associações.

Desta forma, procura-se aproveitar o trabalho realizado individualmente, para que, ao transformá-lo num trabalho coletivo, se torne mais fácil a aquisição de apoios e meios, eliminando alguns entraves e redundâncias, muitas vezes causadas pelo facto de diferentes associações realizarem o mesmo trabalho em simultâneo.

4. Dinamizar a criação de *RITs (Redes Integradas de Trabalho)* ou até de associações com carácter federativo local, agrupadas pelo seu âmbito, como, por exemplo, a criação da *Associação de Folclore do Sena*, ou da *Associação de Futebol do Sena* ou num âmbito

mais alargado a *Associação de Desporto do Sena* e a *Associação de Cultura do Sena*, integrando nestas as associações existentes, independentemente do facto de estas serem ou não de carácter profissional ou federado. Podem também estas revestir um carácter de confederações, sem que cada associação perca a sua identidade pessoal. Assim se potencializaria o trabalho interassociativo, minimizando custos e aumentando o feedback financeiro positivo do trabalho desenvolvido, tornando o crescimento associativo mais sustentável, ajudando a fazer face ao momento delicado que se está a viver no país do qual resulta uma redução drástica de meios disponíveis.

5. Propor encontros regulares de discussão e de esclarecimento sobre a atividade associativa no Concelho de Seia.

6. Estimular a realização de jornadas técnicas com o objetivo de fornecer mais e melhores ferramentas de trabalho a todos os que diariamente lidam com a gestão de uma associação, seja no âmbito pessoal como no âmbito económico e financeiro.

7. Procurar, em conjunto com a programação levada a cabo pela Casa Municipal da Cultura, integrar as coletividades de uma forma mais constante, nessa programação do Município. Esta integração que, pontualmente, se tem já verificado, dados os constrangimentos financeiros provenientes do facto de o Município de Seia estar sob intervenção financeira com vista ao reequilíbrio das contas e, tendo em conta a qualidade e a diversidade do movimento associativo existente no Concelho.

Estas são apenas algumas das propostas que apresento para uma melhor intervenção do Município na sociedade civil e para que também se desmistifiquem alguns preconceitos existentes no que concerne ao trabalho associativo, que, muitas vezes, é olhado, por um lado, como uma “fonte de maus vícios” e, por outro, como uma fonte de excessivas burocracias que só se conseguem desbloquear muitas vezes através de mecanismos “menos legais” ou moralmente reprováveis.

É necessário que se perceba que o trabalho realizado pelas Associações e pelo Município não é possível ser levado a bom porto, sem que estas pensem e atuem em uníssono, sem que estas estejam de mãos dadas a lutar pelo mesmo objetivo, o do engrandecimento da dignidade humana, resultante de um desenvolvimento não só económico, mas também social e cultural sustentáveis, repercutidos no desenvolvimento e afirmação regional.

9 - SÍNTESE CONCLUSIVA

Para além da produção de um primeiro estudo sobre o movimento associativo do Concelho de Seia e da sua importância para o Município, este relatório procura aprofundar a análise do universo das associações existentes. Para além disso procurou elaborar-se um registo das estratégias que resultassem num melhor trabalho entre as duas entidades – Poder Autárquico e Associações – em prol da população do concelho.

Desde logo pudemos concluir que existem poucos trabalhos/estudos recentes que se debrucem de forma independente e/ou específica sobre o atual movimento associativo em Seia.

Verificou-se que o Concelho de Seia tem neste momento associações de carácter centenário a par de outras mais novas.

A política autárquica deve passar, sem dúvida nenhuma, pelo fortalecimento do movimento associativo, acompanhada de elementos claros e criteriosos que permitam melhor avaliar uma distribuição de apoios mais equilibrada e justa, apostando mais na qualidade que na quantidade associativa.

Ao mesmo tempo, deve fazer com que estas meditem sobre o trabalho desenvolvido. Nesta linha de orientação, o Município elaborou um Contrato de Apoio ao Associativismo Federado, o qual, na minha opinião, teria de ser estendido ao restante movimento associativo, com as devidas ressalvas. Desta forma, o apoio necessário ao desenvolvimento da atividade associativa, terá também de ponderar o interesse e influência das associações junto das populações.

Para poder assumir, de forma plena e clara todos os seus direitos e deveres, uma associação tem de estar delimitada na sua forma legal, logo tem de se revestir de personalidade jurídica, o que só acontece por via da elaboração de estatutos e da sua publicação em *Diário da República*.

Em termos geográficos, a maioria das associações está distribuída pela área urbana da cidade de Seia, mas, no entanto, todas as freguesias possuem, pelo menos, uma associação. Demonstra-se desta forma a importância do movimento associativo num concelho como o de Seia, pois como se pode verificar das quase centena e meia de associações, apenas 27 não registam qualquer tipo de atividade recente.

O tipo de associações no Concelho de Seia, de um modo geral, enquadra-se na tipologia tradicional e de raiz popular do associativismo português, nomeadamente as denominadas “coletividades de cultura, recreio e desporto”.

Quanto às atividades principais, o desporto e a recreação são as principais impulsionadoras do movimento associativo.

A procura da obtenção de estatuto de utilidade pública tem vindo a crescer a nível nacional, pelo que, à falta de mais elementos, depreendo que o mesmo se passará no concelho de Seia, dado que a atribuição deste estatuto abre espaço ao recebimento de mais regalias e isenções, embora também de deveres.

Por carência de dados não me foi possível analisar a atual situação financeira das associações, bem como a identificação de outras necessidades.

Contudo, estou convicto que o bom relacionamento das Associações com a Autarquia, tendo em conta os valores investidos no apoio regular atribuídos, levará a que esse apoio se mantenha e até que venha a aumentar.

O pouco trabalho existente no Município de Seia sobre as Associações, traduz-se num conjunto de dossiês, não contendo a maior parte deles qualquer informação sobre algumas associações, e outros, certas informações muito dispersas.

Por isso propus-me com este trabalho atualizar esses dados e criar uma base de dados, até agora inexistente, onde estivesse toda a informação relativa às diversas associações, a qual devia estar disponível na página do Município.

Para tal foram criados e enviados os inquéritos, que caso tivessem tido sucesso, dariam uma excelente base para que o Município pudesse aferir melhor das condições das associações.

Para reforçar este ponto, gostaria de indicar que foram realizados contactos pessoais e telefónicos com o objetivo de proceder à recolha das informações necessárias à realização do trabalho, tendo-se na maior parte dos casos revelado infrutíferos, quer por falta de resposta quer por conterem incorreções.

Após o pedido de dados sobre os apoios que o Município atribuiu ao associativismo nos últimos 10 anos (2002-2012) fui informado que tais dados não eram passíveis de ser consultados na sua totalidade, pois a Divisão Financeira não possuía uma base de dados organizada com esses apoios.

Tais apoios, na sua maioria, são de carácter pontual e individual, colocando-se, uma vez mais, a urgência da criação de uma base de dados, onde constem todos esses elementos, possivelmente integrada no seio do gabinete de apoio ao associativismo e às coletividades.

Neste estudo muitas questões ficaram por esclarecer ou aprofundar, abrindo-se espaço para que se possam realizar futuros estudos/trabalhos na área da política cultural autárquica e do movimento associativo em Seia, tema ainda muito pouco aprofundado e compreendido pelo município e pela própria sociedade senense.

Termino, justificando o título do meu trabalho *O associativismo como veículo da cultura municipal em tempos de crise no Município de Seia*. Creio que no final do mesmo ficou comprovado que, no que diz respeito ao Município de Seia, este título está completamente correto, pois a Câmara Municipal de Seia tem vindo, ao longo dos últimos 10 anos, a apoiar em grande escala o associativismo, mesmo vivendo em momentos financeiramente difíceis. Daqui decorre que o Município de Seia tem consciência de que as associações são parceiros importantes do ponto de vista social, cultural, desportivo e recreativo, contribuindo para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida dos seus habitantes, esforçando-se, por isso, mesmo em tempo de crise, por apoiá-las, mantendo-as vivas e atuantes.

BIBLIOGRAFIA

BERTRAND, Yves; GUILLEMET, Patrick – *Organizações: Uma Abordagem Sistémica*, Lisboa, Instituto PIAGET, 1994.

BIGOTTE, Padre Dr. J. Quelhas. – *Monografia da cidade e concelho de Seia*, 3ª edição corrigida e aumentada, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1981.

BOTELHO, Francisco. - “Pessoas e Lugares”, in *Adripóio - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II*, nº 16, Fevereiro de 2001, pp. 0-20.

CARVALHO, António – *Associativismo, Inovação Social, Desenvolvimento*, Confederação do Desporto de Portugal, 2002.

CARVALHO, João M. S. – *Organizações não Lucrativas. Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico e Desempenho*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005.

CENTENO, Maria João – “A Política Cultural em Portugal na Entrada do Novo Século”, in *6º Congresso SOPCOM*, Lisboa, Universidade Lusófona, 2009, pp. 1-12

COELHO, Luís. – *Associativismo e Desenvolvimento Local: O Caso De Ribeira De Pena*, Universidade De Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, 2007.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Seia uma terra de fronteira nos séculos XII – XII*, Seia, Câmara Municipal de Seia, 1986

COELHO, Sandra Lima – “Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de uma Associação de Promoção do Comércio Justo”, in *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*, Santa Maria da Feira, 2008.

ESTATÍSTICA, Instituto Nacional – “Censos de 1991, 2001 e 2011”, Lisboa.

ESTATÍSTICA, Instituto Nacional - “Recenseamento da População de 1981”, Lisboa.

FRANCO, José Alberto – “Associativismo Popular em Portugal”, in *Aldraba*, nº 2, Novembro de 2006, pp. 4-6.

GOMES, José Bernardo Ferreira – *Guia do Associativismo da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Câmara Municipal, 2010.

GOODOLPHIM, Costa – *A associação - História e desenvolvimento das Associações Portuguezas*, Typographia Universal, Lisboa, 1876, páginas 124-138

MARTINS, Artur – “Caracterização do Movimento Associativo Popular”, *Elo Associativo*, nº 36, Julho 2007, pp. 1-32.

MONTEIRO, Alcides A. - "Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, Outubro de 2004, pp. 139-157.

MORENO, Luís – “Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local”, *ANIMAR*, Vialonga, 2003.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos – “Políticas Culturais em Portugal”, in *V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Município de Almada, 10 de Maio de 2007, pp 1 – 5.

SEIA, Divisão Sociocultural, Município de dossiês sobre as associações existentes no Município de Seia.

SILVA, Santos Augusto – “Como Abordar as Políticas Culturais Autárquicas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54, 2007, pp.11-33.

SOARES, Nuno Pires – *Uma população que se urbaniza, Uma avaliação recente – Cidades.*, Lisboa, Instituto Geográfico Português, 2004.

WEBGRAFIA

<http://juventude.gov.pt/ASSOCIATIVISMO/Paginas/default.aspx>, consultado em 4 de Fevereiro de 2013 às 23h12m.

<http://www.patrimonio-turismo.com/juntas/zoom.php?identifx=811> - consultado em 31/03/2013 às 14h40m.

http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/pt/Dossiês/DOS_como+criar+uma+associa+++231+++227+o.htm, consultado em 20 de Março de 2013

<http://www.tradicoespopulares.com/cms/view/id/6614>, consultado em 7 de Abril de 2013, às 16h.59m

<http://seia.cruzvermelha.pt> consultada a 7 de Abril de 2013, às 18h12m.

<http://www.cruzvermelha.pt/cvp/historia/568-breve-historial.html>, consultada a 7 de Abril de 2013, às 18h12m.

Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, através da consulta do site, **<http://www.sg.pcm.gov.pt/index.php/component/content/article?id=46:pe-soas-colectivas-de-utilidade-publica&catid=1>** no dia 7 de maio de 2013 às 13h45m

<http://filarmonica1janeiro.blogspot.pt/p/historial.html> - consultado em 31/03/2013 às 18h51m

<http://www.bandasfilarmonicas.com> - consultado em 31/03/2013 às 18h53m

<http://www.carragozela.com/> - consultado em 31/03/2013 às 18h42m

<http://www.freguesiadeloriga.net> - consultado em 31/03/2013 às 19h03m

<http://www.jf-cabeca.pt/> - consultado em 1/04/2013 às 22h15m

<http://www.carragozela.com/> - consultado em 1/04/2013 às 22h37m

ANEXOS

ANEXO I - BASE DE DADOS SOBRE AS ASSOCIAÇÕES (EXEMPLO)

Exemplo folha 1 – Contactos correio electrónico e telefone

1	ARTIS - Associação Juvenil de Arte e Imagem de Seia		m.branquinho@mail.telepac.pt		
2	Associação Académica da Escola Superior de Turismo e Hotelaria		geral.esth@ipg.pt		238 320 800
3	Associação Clube Mini da Serra da Estrela		clubeminiserradaestrela@hotmail.com	967359126	
4	Associação Cultural e Desportiva de Corgas	1			
5	Associação Cultural e Recreativa da Catraia de S. Romão	2			
6	Associação Cultural e Recreativa da Senhora Do Desterro		acrsd@iol.pt	917834240	
7	Associação Cultural e Recreativa de Sazes da Beira	1		238949100	

Exemplo folha 2 – Localização

1	1	Rancho Folclórico de Seia	Seia
2	2	Rancho Folclórico “Os Pastores” de S. Romão	S. Romão
3	3	Rancho Folclórico de Paranhos da Beira	Paranhos da Beira
4	4	Rancho Folclórico “Estrela D’Alva” de Vila Cova	Vila Cova à Coelheira
5	5	Rancho Folclórico Etnográfico “Os Camponeses” da Teixeira	Teixeira

Exemplo folha 3 – Distribuição geográfica

Distribuição Geográfica	
Alvoco da Serra	4
Cabeça	2
Carragozela	3
Folhadosa	3
Girabolhos	3
Lajes	2
Lapa dos Dinheiros	3
Loriga	6
Paranhos da Beira	11
Pinhanços	2
S. Martinho	1
S. Romão	11
Sabugueiro	2
Sameice	3
Sandomil	5
Santa Comba	5
Santa Eulália	1
Santa Marinha	2
Santiago	6
São Martinho	2
Sazes da Beira	1
Seia	37
Teixeira	3
Torrocelo	2
Tourais	7
Travancinha	3
Valezim	1
Vide	4
Vila Cova à Coelheira	3
TOTAL	138

Exemplo 4 – Tipologia e freguesia

		NOME	FREGUESIA
		Ranchos	
1	1	Rancho Folclórico de Seia	Seia
		Orfeões	
6	1	Orfeão de Seia	Seia
		Grupos de Cantares Tradicionais	
8	1	Grupo de Cantares Tradicionais de Paranhos da Beira	Paranhos da Beira
		Orquestras	
13	1	Orquestra Juvenil da Serra da Estrela	Seia
		Tunas	
14	1	Tuna da Escola Dr. Guilherme Correia de Carvalho	Seia
		Bandas Filarónicas	
18	1	Banda Philharmonica de Seia	Seia

		Associações Desportivas	
25	1	Associação Cultural e Desportiva de Corgas	Sandomil
		Associações Recreativas	
84	1	ARTIS- Associação Juvenil de Arte e Imagem de Seia	Seia
		Serviços Educativos	
125	1	PRO SENA, S.A. (Escola Profissional)	Seia
		Associações Humanitárias	
126	1	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Seia	Seia

ANEXO II - INQUÉRITO



O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia em tempos de crise

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

1. Identificação da instituição.
2. Em qual destes tipos de associações se enquadra?



b. Desportiva

c. IPSS

2. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.
3. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).
4. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?
5. Qual é o seu horário de funcionamento?
6. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?
7. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?
8. Gostaria de possuir página própria na internet?
9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)
10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?
11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?
12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).
13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)
14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).
15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).
16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?
17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

18. **Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?**
19. **Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?**
20. **Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.**
21. **Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.**
22. **Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial?**

Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

23. **Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?**
24. **Como se encontram organizados os materiais expostos?**
25. **Como são conservados os materiais expostos?**
26. **Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?**
27. **Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.**
28. **A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.**
29. **Tem algum protocolo estabelecido com entidades de carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.**
30. **Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.**
31. **Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?**
32. **Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?**

Grato pela sua colaboração!

ANEXO III – INQUÉRITOS RESPONDIDOS



O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia em tempos de crise

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

Pode anexar o número de folhas que considere necessário para responder ao inquérito

3. Identificação da instituição.

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Seia

4. Em qual destes tipos de associações se enquadra?

a. Cultural

b. Desportiva

c. IPSS

d. ONG – Organização não-governamental sem fins lucrativos

5. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.

Presidente da Delegação – Maria Irene Caetano

Vice-Presidente - Fátima Judite

- Ilda Gata

Tesoureira – Carla Reis

- Elizabete Cunha

Vogais – Luís Carlos Seabra

- Cândida Dias

- Filipa Mendes

3. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).

A delegação está ativa há 3 anos e meio, tem vindo a exercer um papel na área da saúde e social.

6. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?

Alameda Dr. Simões Pereira (antiga escola primária, n.º1) – Seia

926277073

7. Qual é o seu horário de funcionamento?

9:30/13:00 14:00/17:30

8. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?

Não

9. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?

Não

8. Gostaria de possuir página própria na internet?

Sim

9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)



- Apoio ao peregrino (enfermeiros, massagistas, pedologista, médicos, voluntários e membros), contamos com o apoio de restaurantes, farmácias, água serra da estrela, entre outros;
- Ação de sensibilização sobre os efeitos sobre o sol nos centro escolares;
- Teleassistência;
- Cursos de primeiros socorros certificados;
- Loja social;
- Projeto Portugal + Feliz;
- Angariação de alimentos em hipermercados.

10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?

Apoios de pessoas particulares

11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?
Jornal;
Boca a boca;
e-mails.

12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).

Todo o tipo de público

13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)

- Podem ser membros pagando uma quota no valor de 1,00€ mensal, preenchendo a ficha de membro.

- Podem ser voluntários preenchendo um ficha que será posteriormente aceite ou não.

14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).

- Câmara Municipal de Seia;
- Outras Instituições de solidariedade social

15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).

Respondida questão 9

16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?

Respondida questão 12

17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

Muito boa

18. Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?

Sim,

DECRETO-LEI N.º 281/2007

de 7 de AGOSTO

19. Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?

não

20. Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.

Não. São instalações cedidas pela CMS, neste momento já são pequenas para as ações que desenvolvemos

21. Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.

Não. Só de beneméritos

22. Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial?

Não

Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

23. Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?

24. Como se encontram organizados os materiais expostos?

25. Como são conservados os materiais expostos?

26. Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?

27. Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.

28. A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.

Sim. Plataforma social da Câmara Municipal de Seia

29. Tem algum protocolo estabelecido com entidades de carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.

A Cruz Vermelha Portuguesa Nacional tem vários protocolos em que as delegações estão inseridas

- BPI
- Bebé Comfort
- CTT
- Danone
- ISLA – Lisboa
- Mediadores de Seguros IS
- Gasin
- Ultriplo
- Vichy
- Sonay
- Entre muitos outros

30. Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.

Em relação ao Município existe uma boa relação de trabalho e divulgação

31. Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?

Já fazemos parte de uma rede integrada de associações.

33. Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?

Sim

Grato pela sua colaboração!



LIGA DOS AMIGOS DE FRÁDIGAS
FRÁDIGAS
6285-067 VIDE

O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia em tempos de crise

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

Pode anexar o número de folhas que considere necessário para responder ao inquérito

10. Identificação da instituição. LIGA DOS AMIGOS DE FRÁDIGAS

11. Em qual destes tipos de associações se enquadra?

a. Cultural

b. Desportiva

c. IPSS

Embora tenha estatutos de IPSS, funciona mais como Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos da povoação de Frádigas

2. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.

CORPOS GERENTES – TRIÉNIO 2013-2015

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	JOSÉ MANUEL MARTINS	Sócio Nº 7
1º Secretário	ANABELA PINA RODRIGUES SANTOS	Sócio Nº 86
2º Secretário	MARIA DE LURDES DA SILVA MONÇÃO LOPES	Sócio Nº 76

DIRECÇÃO

Presidente	ARMÉNIO MENDES LOPES	Sócio Nº 61
Vice-Presidente	CARLOS ALBERTO MARQUES DOS SANTOS	Sócio Nº 65
Secretário	CÂNDIDO FREIRE MENDES	Sócio Nº 318
Tesoureiro	CARLOS JOSÉ SILVA CORREIA	Sócio Nº 294
Vogal	ANTÓNIO MANUEL FREIRE DOS SANTOS	Sócio Nº 23
Vogal	RICARDO JORGE BARBOSA BARRETO DE SOUSA	Sócio Nº 273

CONSELHO FISCAL

Presidente	JOSÉ ÁLVARO DOS SANTOS	Sócio Nº 33
1º Vogal	FERNANDO MARTINHO SANTOS FREIRE	Sócio Nº 13
2º Vogal	MARIA ARMÉNIA MIGUEL M. GONÇALVES	Sócio Nº 42

REPRESENTANTES EM FRÁDIGAS

Vogal	MÁRIO MENDES FREIRE	Sócio Nº 1
Vogal	MANUEL JOÃO DOS SANTOS	Sócio Nº 169



3. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).

Fundada em 1/4/1962 com o nome de Grupo Progressivo de Melhoramentos de Frádigas, mais tarde denominada Liga Recreativa dos Amigos de Frádigas e finalmente Liga dos Amigos de Frádigas, esta instituição foi fundada, por um grupo de Fradiguenses residentes em Lisboa, com o propósito de em estreita colaboração com a Junta de Freguesia de Vide e Câmara Municipal de Seia, colaborar na promoção de benefícios e melhoramentos da povoação de Frádigas que na data, anos 60, era um buraco no fim do mundo, perdido na Serra, inacessível onde tudo faltava desde a estrada, telefone, água ao domicílio etc.

Na época o poder autárquico não estava instituído e todos os benefícios de então, eram à custa do esforço das populações. Frádigas na altura, apenas tinha uma nova escola primária da construção “Plano dos Centenários” que substituiu o Salão construído pelo povo que a partir desta data passou a ser um local para realização de festas e bailes, possuía a Capela, um chafariz e lavadouro publico.

Longe vai o tempo dos encontros de vária ordem, em Lisboa, nas décadas de sessenta, setenta e oitenta onde através de festas, bailes e piqueniques, leilões e quermesses se angariavam fundos com a finalidade de levar por diante algumas das obras mais importantes da povoação, da iluminação à abertura da estrada e seu alcatroamento, beneficiação de caminhos, levada, etc. Foi a LAF que pagou o projeto de eletrificação publica e a abertura da estrada Barriosa-Frádigas, custeando também algumas expropriações. Também deu uma contribuição financeira para o alcatroamento da estrada.

A capital do país era a “sede” de inúmeras comissões do estilo, e a elas se deve, sem dúvida, algum do progresso que se registou por toda esta região serrana, Frádigas não fugiu à regra.

Espalhados um pouco por toda a parte, a Liga conta com cerca de trezentos e cinquenta associados, número significativo, que continua a aumentar. O espírito regionalista continua presente mesmo nas gerações mais jovens. Basta dizer que a maioria das crianças da 3ª geração nascidas nos últimos anos são logo inscritos como sócios à nascença, quer pelos pais quer pelos avós.

Todo o progresso de Frádigas se deve ao empenho da Liga dos Amigos de Frádigas e à pareceria que até hoje se mantém com a Câmara Municipal de Seia e Junta de Freguesia de Vide.

Apesar das dificuldades atuais para constituição dos Corpos Gerentes a LAF continua dinâmica, e empenhada na resolução de algumas carências de Frádigas, sendo a principal a falta de saneamento básico. Tem sido o elo de ligação entre as várias gerações, e os eventos que tem levado a cabo ao longo do ano, são um momento de união entre todos

Ler mais: <http://www.lafradigas.com/sobre-nos/>

4. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?

Frádigas (Vide-Seia) Tel. 238 661 077 ou 96 602 43 32

5. Qual é o seu horário de funcionamento?

Horário do Bar das 09H00 às 22H00

6. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?

<http://www.lafradigas.com>

7. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?

<https://www.facebook.com/laf.fradigas/>

8. Gostaria de possuir página própria na internet?

Já temos

9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)

Promoção do desenvolvimento das condições da população de Frádigas, proporcionado atividades em que se promova a cultura e tradições populares e promovendo turisticamente a aldeia. Manter as raízes com as gerações descendentes que não nasceram em Frádigas, nomeadamente com a comunidade residente em Lisboa e estrangeiro.

10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?

Apenas o apoio de 500,00€ para instalação da Internet Wireless por parte da CM Seia e algum apoio logístico na realização do Concerto dos Deolinda em Agosto/2012.

11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?

Por carta, Boletim Informativo enviado via CTT aos Sócios, através da Internet no nosso site e pelo facebook e através de publicidade, cartazes das Festas Populares.

12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).

Essencialmente todos os descendentes ou que tenham raízes com Frádigas e toda a população residente e não residente mas ligada sentimentalmente a todo o vale de Alvôco da Serra. Todos os potenciais turistas da Serra da Estrela.

13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)

Pode ser associado qualquer elemento ligado a Frádigas, quer pelo nascimento, casamento ou amizade, desde que proposto por outro sócio.

A quota anual de 6,00€ para maiores de 18 anos e de 3,00 para menores de 18 anos é cobrada anualmente no nosso Bar em Frádigas. Alguns sócios já fazem o pagamento por transferência bancária.

14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).

Normalmente estabelecemos parcerias com CM Seia, JF Vide e outras associações congéneres.

15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).

Promovemos o desenvolvimento das infraestruturas da povoação em colaboração com órgãos autárquicos, promovemos almoços temáticos, a matança do porco, as Janeira, as Boas Festas na Páscoa, as Festas Populares de Verão, Festival das Sopas, atividades agrícolas, Magusto, excursões etc. etc.

16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?

Os nossos Sócios e todos os que nos visitam

17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

É bastante aceitável. No próximo dia 30 de Março vamos assinalar o nosso 51º Aniversário com um Jantar no Restaurante Guarda Rios e temos 100 inscrições.

18. Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?

Não

19. Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?

Somos Sócios da Casa da Comarca de Arganil em Lisboa.

20. Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.

Temos um Bar com sala de TV e internet e um Salão. Necessitávamos de um salão com maior capacidade, pois apenas tem capacidade para 80 pessoas sentadas o que é insuficiente nos almoços de confraternização que realizamos.

21. Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.

Não recebemos nada, apenas o apoio dos nossos Sócios e a receita das Festas que promovemos.

22. Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial?

Não, embora seja um dos nossos projetos, o ideal era a escola primária abandonada, mas necessita de obras.

Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

23. Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?

24. Como se encontram organizados os materiais expostos?

25. Como são conservados os materiais expostos?

26. Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?

27. Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.

28. A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.

Não

29. Tem algum protocolo estabelecido com entidades de carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.

Não

30. Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.

Maiores apoios, financeiros e técnicos.

31. Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?

Sim, embora com algumas reservas de tempo uma vez que todos os nossos Corpos Gerentes residem em Lisboa, pois Frádigas atravessa o problema da desertificação, comum a todo o interior e é essencialmente habitada por idosos.

34. Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?

SIM

Grato pela sua colaboração!

**Com votos de um bom estágio e que este estudo traga proveitos à nossa região,
Apresentamos os melhores cumprimentos**



LIGA DOS AMIGOS DE FRÁDIGAS
lafradigas@sapo.pt

Telem. 96 602 43 32 / 91 921 55 45
Arménio Lopes, Presidente da Direção



O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia em tempos de crise

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

Pode anexar o número de folhas que considere necessário para responder ao inquérito



12. Identificação da instituição.
Sociedade Musical Estrela Da Beira (SMEB)

13. Em qual destes tipos de associações se enquadra?

a. Cultural

b. Desportiva

c. IPSS

2. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.
Ver Anexo 1.

3. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).

Vivia-se o ano de 1846 quando, numa pequena aldeia da Serra da Estrela, um pequeno grupo de gente trabalhadora unidas por um enorme gosto pela música formou um grupo musical, fundou-se a Sociedade Musical Estrela da Beira a 22 de Setembro de 1846. Muitas eram as dificuldades daqueles tempos, não havendo transportes, pelo que a Sociedade se deslocava para as diversas festividades a pé, carregando os seus instrumentos, debaixo de todos os tipos de intempéries, mas nunca esmorecendo e, honrando, por isso, sempre os seus compromissos, divulgando o nome da atual Vila de Santa Marinha. No entanto, a vontade do povo da vila era grande e, em várias casas particulares, juntavam-se amigos e colegas da banda para juntos ensaiarem novo repertório. Até que, com a nobre iniciativa da família de Manuel Marques Almeida que, ofereceu um terreno para a construção da sede da banda, iniciou-se uma vontade antiga e, através da generosidade e força do povo, se construiu a atual sede da Sociedade Musical Estrela da Beira de Santa Marinha. A inauguração ocorreu em 1976. A partir daí, a coletividade só podia evoluir, nunca negando os momentos baixos pelos quais passou, até aos dias de hoje. Participou em inúmeras romarias, festas, festivais, comemorações e eventos por todo o país.

4. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?

A Sede da SMEB, localiza-se na Vila de Santa Marinha, mais propriamente na Rua da banda N°2.

Os contactos são os seguintes:

Tlm: 962073818 927032997

Correio electrónico: smebsm@gmail.com

<http://www.bandasfilarmonicas.com/bandas.php?id=159> (desatualizado)

5. Qual é o seu horário de funcionamento?

A SMEB está com as portas abertas às Sextas feiras à noite das 21h às 00h e aos sábados das 9h às 00h.

6. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?

Sim, o endereço é: www.smeb.pt

7. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?

Facebook: www.facebook.com/smebsm

G+: plus.google.com/u/1/107310002063372110544/

8. Gostaria de possuir página própria na internet?

Já temos.

9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)

De uma forma geral, como somos uma banda filarmónica, as nossas atividades rodam sempre á volta de animar as festividades para as quais somos contratados, tocando pela povoação, cantando à missa, procissões e concertos. Poderá ver algumas das nossas presenças em festividades no nosso site. Normalmente fazemos 1 ou 2 serviços na cidade de Seia. Por exemplo a procissão da Páscoa.

10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?

Os apoios que recebemos são os que nos são atribuídos pela camara Municipal de Seia. Esporadicamente conseguimos alguns apoios por parte da INATEL- Guarda.

11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?

Normalmente a divulgação é feita pelos contratantes dos nossos serviços, mas nós divulgamos por todos os canais disponíveis, site, facebook, etc.

12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).

Por assim dizer não temos um público-alvo. Isto porque os mais apreciadores desta nossa arte são pessoas de mais idade. Mas nas nossas fileiras temos de tocar peças mais puxadas para gente nova para que se identifiquem com o nosso estilo musical e queiram fazer parte da SMEB.

13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)

A SMEB, é uma sociedade mas neste momento apenas são considerados sócios os músicos filarmónicos, isto porque há muito tempo que se perdeu essa prática. Assim pode-se se associado entrando para as fileiras da banda como músico, maestro ou membro da direção.

14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).

As parcerias que costumamos estabelecer é normalmente com a Igreja, junta de freguesia, Camara Municipal de Seia e INATEL.

15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).

As nossas atividades são sempre relacionada com momentos musicais. Assim fazemos todos os serviços para os quais somos contratados e prestamos apoio à comunidade, oferecendo o ensino musical, e criando algumas atividades, para que a população possa interagir com a SMEB.

16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?

Pretendemos alcançar publico de todas as farchas etárias.

17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

Penso que a adesão do público é boa, visto que nas últimas festividades por nós criadas, tivemos um publico de acordo com o esperado.

18. Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?

Não temos, estamos a tentar fazer o processo de creditação, mas não tem sido muito fácil.

19. Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?

Não. (Não sei se a INATEL conta como federativo, nós somos sócios e pagamos a cota anual)

20. Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.

Sim, temos sede própria. As instalações estão em fase de recuperação, (inteiramente à nossa custa) desde 2009, tendo um fim previsto de 2015...

21. Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.

Recebemos apoio financeiro por parte da Camara Municipal de Seia. A INATEL apoia mas não é um apoio financeiro direto.

Os apoios são suficientes para um correto funcionamento da associação mas é muito difícil se pretendermos fazer investimentos um pouco fora do normal, como por exemplo, compra de um instrumento mais caro, comprar transportes, ou fazer obras.

22. Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial? Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

Não, possuímos tal espaço, no nosso caso estamos a tentar encontrar uma solução para esse pormenor visto que a SMEB já tem 166 anos e ainda não tem um museu, facto que nos entristece.

23. Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?



24. **Como se encontram organizados os materiais expostos?**
25. **Como são conservados os materiais expostos?**
26. **Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?**
27. **Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.**
28. **A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.**
Não.
29. **Tem algum protocolo estabelecido com entidades de carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.**
Para além da INATEL e da Camara municipal de Seia, não possuímos mais protocolos.
30. **Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.**
Uma maior divulgação das atividades das bandas e um maior contacto entre as bandas e o município.
31. **Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?**
Sim, participando em reuniões e fóruns.
35. **Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?**

Sim, estamos sempre dispostos a participar em grupos de debates para tentar ganhar mais experiência e fazer algumas correções às nossas políticas.

Grato pela sua colaboração!

O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia em tempos de crise

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

Pode anexar o número de folhas que considere necessário para responder ao inquérito



14. Identificação da instituição.

Orfeão de Seia

15. Em qual destes tipos de associações se enquadra?

a. Cultural

b. Desportiva

c. IPSS

2. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.

- Assembleia Geral

Presidente: Mário Jorge Silva Clara

1º Secretário: Adélia Conceição Carvalho

2º Secretário: Rodrigo Manuel Mendes Marques

Vogal: Laurinda Costa Pinto Duarte

- Direção

Presidente: Pedro Miguel Mota Marques

Vice- Presidente: Ricardo Nuno Dias Mendes Lopes Alves

Secretário: Marco André Silva Clara

Tesoureiro: António Saraiva Marques

Vogal: Maria Gorete Ferreira Sousa Neves

Rui Manuel Paiva Cabral

Célia Gonçalves Monteiro

- Conselho Fiscal

Presidente: António Manuel Pinto Mendes

Secretário: José Manuel Mendes Hortênsio

Relator: Maria Gracinda Gomes Mendes

3. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).

Fundado em 1977, é um grupo misto com uma média de 35 elementos, sediado em Seia. Constitui-se como Associação Cultural e Recreativa por escritura pública em 30 de Dezembro de 1980, tendo participado em mais de 500 concertos de norte a sul do país. Além fronteiras, efetuou vários concertos: nordeste de França, a quando da geminação das cidades de Seia e Contréxeville; Espanha nas cidades de Moaña e Ciudad Rodrigo; Itália, na região da Toscana nas localidades de Chianciano-Terne, Pienza, Montelpuchiano e Siena; República Checa em Opava e Klimkovic. Em 2005 esteve na cidade da Normandia Domfront em França. Foi declarado como Instituição de Utilidade Pública, através do Diário da República II Série nº 250 de 1999-10-26, tendo sido elaborado o Diploma pela Presidência do Conselho de Ministros em 1999-11-03. Em 2003, deslocou-se à ilha da Terceira, nos Açores, a fim de participar no XVI Encontro de Coros da Ilha Terceira, onde teve a honra de cantar para sua Ex^a o Bispo D. Ximenes Belo, prémio Nobel da Paz. Em Junho de 2004, deslocou-se à Madeira, a convite do Coro de Câmara de Câmara de Lobos. Foi o organizador do primeiro Congresso de Coros Nacional, tendo mais tarde sido criada a Federação Nacional Movimento Coral (FENAMCOR).

4. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?

Rua Pintor Lucas Marrão.

orfeodeseia@sapo.pt

911705564

5. Qual é o seu horário de funcionamento?

Segunda e Sexta feira das 21:30 às 23h

6. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?

Não.

7. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?

Sim. Orfeão de Seia

8. Gostaria de possuir página própria na internet?

Sim

9. Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)

Vários concertos no país e no estrangeiro, colaboração na coletânea em cd dos melhores coros amadores da zona centro, gravação de um cd a solo, gravação de um dvd comemorativo dos 30 anos, organização do 1º congresso nacional de coros de onde surgiu a FENAMCOR e fundador do colegiummucal de Seia.

10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?

Financeiro e logístico

11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?

Cartazes e flyers e Facebook.

12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).

Todos

13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)

No caso dos sócios efetivos, preenchem ficha de inscrição e é sujeita a aceitação pela direção.

No caso de sócios auxiliares, são sujeitos a teste de voz pelo Maestro e aceitação pela direção.

14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).

15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).

16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?

17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

Reduzida

18. Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?

Sim. Desde 26 de Outubro de 1999.

19. Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?

Sim. Na FENAMCOR e no INATEL.

20. Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.

Não. As instalações em uso foram cedidas pela Camara Municipal.

21. Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.

Camara Municipal, Juntas de freguesia do Concelho e INATEL. Mais apoio logístico e financeiro.

22. Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial?

Não. Está exposto na sede apenas por falta de local apropriado.

Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

23. Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?

24. Como se encontram organizados os materiais expostos?

25. Como são conservados os materiais expostos?

26. Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?

27. Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.

28. A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.

Não



carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.

Não

30. Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.

Neste momento não temos quaisquer problemas no relacionamento com o Município.

31. Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?

Sim. Na reativação da Associação interassociações do Concelho.

36. Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?

37. Sim

Grato pela sua colaboração!

O associativismo como veículo da cultura no Município de Seia

Este inquérito está a ser realizado por Ricardo Monteiro, aluno nº 2000031359, no âmbito do estágio a decorrer na Divisão sociocultural, no Município de Seia, em colaboração com o Mestrado em Política Cultural e Autárquica, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O objetivo deste inquérito é o de dar a conhecer as associações existentes no Concelho de Seia e de fornecer soluções para uma melhor sinergia entre estas duas entidades.

Para tal, solicita-se o preenchimento do inquérito que se segue e a sua devolução até ao dia 02 de Abril de 2013. Pode também enviar as respostas para o endereço de correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com.

Para mais informações sobre o inquérito pode utilizar os seguintes contactos:

Correio electrónico: ricardonmonteiro@gmail.com

Telemóvel: 965 015 592

Se preferir ainda o pode remeter preenchido para:

Ricardo Monteiro
Rua Dr. Edmundo Mesquita
6290-337 Gouveia

Grato pela sua colaboração.

Pode anexar o número de folhas que considere necessário para responder ao inquérito

16. Identificação da instituição.

“BALANCÉ DA CABEÇA” - Tuna/Grupo de

• U C •



Av. da Independência, n.º 24
6270-021 Cabeça

17. Em qual destes tipos de associações se enquadra?

a. Cultural

b. Desportiva

c. IPSS

2. Identificação dos elementos diretivos e respetivos cargos que exercem.

JOSÉ DIAS PINTO, Orientador/ensaiador (Telemóvel 966735784)

O grupo ainda não tem formalizada a associação, estando prevista para breve a escritura no Notário.

18. Agradece-se que neste ponto escreva um pequeno resumo histórico da associação. (máximo 15 linhas).

O grupo tem 15 elementos (homens e mulheres) e foi criado em 1 de Janeiro de 2011. Chama-se “Balancé da Cabeça” porque queremos balancear, movimentar, imprimir energia aos valores culturais da aldeia de Cabeça, uma bonita aldeia de montanha, na Serra da Estrela. Temos ensaios todos os sábados. Em 01-01-2011 cantámos as Janeiras em Cabeça. Continuámos a trabalhar arduamente. Em 15-04-2011 fizemos a primeira apresentação pública, sozinhos, na inauguração da “1ª aldeia Led de Portugal – Cabeça”, com a presença da Secretária de Estado Adm. Interna, Dalila Araújo. Posteriormente, atuámos em 3 programas da RTP, em 3 programas de rádios locais, várias festas de instituições de solidariedade, eventos da Rede de Aldeias de Montanha, eventos de escolas e de grupos, festas religiosas e até participámos em Lisboa na manifestação nacional da ANAFRE contra a agregação das freguesias. Organizámos em Cabeça o 11º Encontro de Grupos de Amentada das Almas do Concelho de Seia. Estabelecemos uma parceria de intercâmbio com o grupo “Gerações” de Carragozela. Criámos também o nosso traje e o nosso estandarte. No ano 2011 fizemos 15 atuações públicas. Em 2012, também 15. Criámos o nosso site oficial na net e temos página no facebook. O nosso currículo pode ser consultado em <http://balancedacabeça.blogspot.com>

19. Onde se encontra localizada a estrutura e como pode ser contactada?

O “Balancé da Cabeça” utiliza um espaço emprestado, nas instalações do Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça. O nosso contacto é:

BALANCÉ DA CABEÇA Av. da Independência, 24 6270-021 Cabeça (Seia)	Tel. 966735784 919263980 Correio electrónico balancedacabeça@gmail.com
--	--

BALANCÉ DA CABEÇA
Av. da Independência, 24

6270-021 Cabeça (Seia)

20. Qual é o seu horário de funcionamento?

Por norma, ensaiamos ao SÁBADO, a partir das 15:00 horas.

21. Possui página web própria? Se sim, qual é o endereço?

<http://balancedacabeca.blogspot.com>

22. Possui página no facebook ou noutra rede social? Se sim, qual ou quais o (s) endereço (s)?

<https://www.facebook.com/pages/Balanc%C3%A9-da-Cabe%C3%A7a/224468864254145?fref=ts>

8. Gostaria de possuir página própria na internet?

Já respondido.

Quais as principais atividades desenvolvidas pela associação nos últimos 10 anos? (Solicita-se que de uma forma resumida, refira o tipo de atividades desenvolvidas e que, sempre que possível, refira o tipo de entidades com que colaborou na realização destas.)

Como já ficou demonstrado no nº 3 do questionário, o Balancé da Cabeça, sendo um grupo de cantares, “está em todas”, como se costuma dizer, sendo uma base de recrutamento, não só para a animação de eventos, mas para muitas iniciativas comunitárias. Está no cantar das Janeiras, na Amenta das Almas, nas festas do Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça, no apoio ao Geocaching, nas vivências d’aldeia promovidas pelo Centro Dinamizador da Rede de Aldeias de Montanha e na promoção da bôla lêveda da Cabeça.

10. Que tipo de apoios teve nos últimos dez anos para a realização das atividades?

Os apoios mais relevantes são: os transportes nas deslocações, por parte do Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça, da Junta de Freguesia de Cabeça e da Câmara Municipal de Seia; no que toca às instalações, os apoios têm sido dados pelo referido Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça e pela Junta de Freguesia de Cabeça.

A Câmara Municipal tem-nos incluído nalguns eventos e deu-nos grande visibilidade ao escolher-nos no ano de 2011 para uma atuação em direto no alto da Torre (Serra da Estrela) no programa “Há Volta” da RTP.

Também a Rádio Clube de Arganil, porque vai passando as nossas cantigas nos discos pedidos, fala em nós muitas vezes, convida-nos para eventos e até já fizemos uma atuação em direto nos seus estúdios.

11. Como é feita a divulgação das atividades levadas a cabo por esta associação?

A divulgação é feita através do nosso site na internet, da nossa página no facebook e nos cartazes das entidades que organizam os eventos.

12. Que tipo de público (s) pretende alcançar com a realização destas atividades? (Solicita-se que, neste ponto, sejam referidos os públicos-alvo das atividades de uma forma geral).

O público alvo é o POVO, numa vertente social alargada. Tanto animamos uma festa de aldeia, como um evento social com maior etiqueta.

O grupo, não tem fins lucrativos. Como objetivos CULTURAIS, pretendemos participar em todas as atividades que promovam a cultura, as tradições e os cantares de Portugal, divulgando as cantigas genuínas desta aldeia.

O grupo também está motivado para as questões AMBIENTAIS. A freguesia de Cabeça tem o título de 1ª Aldeia Led de Portugal por ter sido a primeira a substituir a iluminação pública convencional por lâmpadas Led, libertando agora menos CO2 para a atmosfera, poupando mais energia e produzindo menos materiais recicláveis do que as outras povoações. Pretendemos dignificar esse título com algumas iniciativas. Nesse contexto, cada elemento do grupo usa, simbolicamente, uma fita azul durante as atuações, simbolizando o céu azul, despoluído.

Transportamos também, sempre, connosco uma réplica desta placa existente à entrada da aldeia de Cabeça, colocamo-la ao nosso lado nos palcos onde atuamos, e explicamos o seu significado, chamando a atenção para as questões ambientais.



13. De que forma é que se pode ser associado desta instituição? (Neste ponto, solicita-se uma breve caracterização da forma como é realizado o processo de aceitação de novos associados e que tipo de categorias existem. Agradece-se que se inclua também neste a forma como é realizada a quotização.)

Até ao momento, ainda não recorremos a esse expediente para apoio.

14. Que tipo de parcerias costuma estabelecer? (Neste ponto, pretende-se também saber se se encontra integrado nalguma rede de trabalho/cooperação).

O ideal seria que houvesse uma rede de grupos neste Concelho ou nesta região, apoiada e organizada, para trabalho em cooperação. Nós estamos abertos a essa iniciativa.

15. Que tipo de atividades são desenvolvidas no âmbito desta associação? (descrever de uma forma geral e sucinta).

Já respondido

16. Que tipo de público (s) - alvo (s) pretende alcançar com as atividades regulares levadas a cabo pela associação?

Já respondido

17. Como caracteriza a adesão do (s) público (s) – alvo (s) às atividades realizadas?

O público tem sido extraordinário, apoia-nos e incentiva-nos.

18. Tem estatuto de utilidade pública? Se sim, desde quando?

Já respondido. Não temos ainda personalidade jurídica como associação, tal devendo ocorrer logo que possível por escritura pública.

19. Encontra-se inscrito nalgum tipo de estrutura (s) com carácter federativo? Se sim, em qual ou quais e desde quando?

Não, pelas razões da resposta anterior.

20. Possui instalações próprias? Considera que as instalações têm as condições ideais para levar a cabo com sucesso a atividade regular da associação? Se não, refira de forma sintética os principais problemas destas.

Como já referi, não temos instalações próprias. Ensaíamos num espaço provisório emprestado pelo Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça.

21. Recebe apoios financeiros por parte de que instituições? Acha que este financiamento é suficiente para um correto funcionamento da associação? Em caso negativo, indique de que forma é que gostaria de ver este apoio melhorado. Agradece-se que seja o mais objetivo possível.

Não temos qualquer apoio financeiro. Os instrumentos, traje, etc, tudo é comprado por cada elemento do grupo, à sua custa.

22. Possui algum museu ou espaço onde possa expor o historial?

No espaço que nos tem sido cedido provisoriamente pelo Centro de Apoio à 3ª Idade de Cabeça temos “o boneco” com o nosso traje, instrumentos, adereços e alguns prémios de participação em eventos.

Se for caso disso, responda às questões que se seguem, senão pode saltar para a questão número 28:

Passa ao n.º 28

23. Como é feita a recolha/seleção dos materiais expostos?

24. Como se encontram organizados os materiais expostos?

25. Como são conservados os materiais expostos?

26. Caso algum material ou materiais se encontre (m) danificado (s) ou se venha (m) a danificar como é feita a recuperação do (s) mesmo (s)?

27. Existe (m) alguma (s) sala (s) ou gabinete (s) onde se possa consultar algum tipo de documento que não esteja disponível ao público? Se sim, explique de que forma se pode aceder a estes.

28. A estrutura encontra-se inserida nalguma (s) rede (s) de cooperação? Em caso de resposta afirmativa, por favor explicita.

Não

29. Tem algum protocolo estabelecido com entidades de carácter nacional, regional ou local? Se sim, por favor especifique quais as entidades.

Não

30. Com o objetivo de ajudar as associações no seu relacionamento com o Município gostaria de saber o que consideram que pode ser feito para melhorar a relação entre as duas instituições.

31. Estaria disposto a fazer parte de uma rede integrada de associações concelhias, como forma de maximizar o trabalho a realizar? Se sim, de que forma? Se não, porquê?

O grupo “Balancé da Cabeça” está disponível e apoia essa iniciativa, julgando-a muito importante.

38. Estaria disposto a participar num possível fórum/grupo de reflexão sobre o estado do associativismo no Município de Seia?

Sim.

Grato pela sua colaboração!



Maratona Clube Vila-Chã
Rua Virgílio Espírito Santo Silva N°3
6270-186 Santa-Comba Seia
mcvilacha@gmail.com
<http://mcvilacha.blogspot.com/>

Resposta a Inquérito do Sr. Dr. Ricardo Monteiro:

- 1) Maratona Clube Vila – Chã - **MC Vila-Chã**
- 2) Resposta b (Desportiva)
- 3)

Nome	Cargo	Órgão Social
Jacinto Correia	Presidente	Direção
Paulo Garcia	Tesoureiro	Direção
Hugo Correia	Secretário	Direção
Amaro Madeira	Presidente	Assembleia Geral
Daniela Mendes	Secretário	Assembleia Geral
Cesário Simões	Secretário	Assembleia Geral
Dr. Nuno Fernandes	Presidente	Conselho Fiscal
Prof. Regina Babo	Secretário	Conselho Fiscal
Eng.º. Diogo Fernandes	Secretário	Conselho Fiscal

- 4) O MC Vila-Chã foi legalmente constituído no dia 20 de Setembro de 2011. Surge por vontade do seu atual Presidente Sr. Jacinto Correia. O Sr. Jacinto Correia como atleta teve o seu auge, no Clube de Futebol “O Belenenses”. Vários anos a trabalhar na Inglaterra fez com que participa-se nas mais célebres maratonas do mundo. Finalmente em Portugal passou por vários Clubes locais, ficando no final de 2011, por fim de Projeto de Atletismo na Associação que representava ele mais 10 atletas, sem Clube. Contactou vários elementos da atual direção e tomou-se a iniciativa de constituição desta Associação.

No 1º ano de atividade, com muito trabalho e dedicação conseguiu-se:

- 10 títulos nacionais
- 32 títulos distritais
- 7 títulos distritais por equipa
- Presença na Seleção Nacional de Veteranos.

Cedo será para apresentar os resultados da época 12 / 13, o que será feito na apresentação da equipa para a época 13 /14.

- 5) Sem possibilidade financeira de ter sede própria, esta, tem uma sede legal que é a morada do Tesoureiro do MC, Sr. Paulo Garcia em Vila-Chã:

Rua Virgílio Espírito Santo Silva N° 3
6270-186 Santa-Comba Seia

Pode ser contactada por correio electrónico (mcvilacha@gmail.com) ou para:

- Jacinto Correia - 919972830
- Paulo Garcia – 969195691

Existe ainda a possibilidade de sermos contactados, praticamente todos os dias no Estádio Municipal de Seia, visto ser o local de treinos dos nossos atletas.

- 6) Não tem horário, por motivo de não existir uma sede física.
- 7) Sim e já conta com mais de 3400 visitas e uma média de visitas de 5,9 / dia.
<http://mcvilacha.blogspot.com/>
- 8) Não.
- 9) Sim.
- 10) Com uma história ainda curta, marca-nos a comemoração do nosso 1º aniversário / apresentação da equipa em 2012. No campo de outras atividades, assumimos e cumprimos o lançamento de jovens atletas, bem como a dinamização de prática desportiva para atletas do escalão veteranos.
- 11) Município de Seia, Sócios e Empresas patrocinadoras.

- 12) Na nossa página e principalmente por os jornais e rádios locais.
- 13) Jovens até aos 18 anos e atletas com mais de 35 anos.
- 14) Em relação aos sócios o seu estado é regulado pelo Regulamento Geral Interno com valor estatutário e rege-se pelos seguintes artigos:

CAPÍTULO II

Dos Sócios SECÇÃO I Composição

Artigo 6º

O MARATONA CLUBE VILA CHÃ encontra-se aberto a indivíduos de ambos os sexos e é composto por um número ilimitado de sócios.

Artigo 7º

Qualquer indivíduo pode, por si ou pelos seus legais representantes, requerer a sua admissão como sócio do Clube, a qual se processará nas condições estabelecidas no presente Regulamento Geral Interno.

SECÇÃO II Classificação

Artigo 8º

Os sócios classificam-se em:

- a) – Efetivos;
- b) – Auxiliares;
- c) – De mérito;
- d) – Beneméritos;
- e) – Honorários.

Artigo 9º

- 1 – São efetivos os sócios maiores de 18 anos;
- 2 – São auxiliares os sócios menores de 18 anos;
- 3 – São sócios de mérito os praticantes da modalidade e os dirigentes e associados que, pela sua ação em prol do clube, se revelem merecedores dessa distinção;
- 4 – São sócios beneméritos as pessoas singulares ou coletivas que, em virtude de dádivas valiosas ao clube, se revelem merecedoras dessa distinção;
- 5 – São sócios honorários as pessoas singulares ou coletivas que se distingam por serviços relevantes prestados ao Desporto e á Cultura.

Artigo 10º

A admissão de sócios efetivos é feita através de uma proposta de modelo adotado pela direção, acompanhada de duas fotografias, subscrita pelo próprio ou por legal representante e avalizada por um sócio proponente no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 11º

Não serão admitidos como sócios os indivíduos cuja conduta moral ou cívica não se enquadre nos objetivos propostos pelo Clube.

Atualmente o MC conta com 41 sócios, com uma média de idades de 31,7 anos e dos quais 11 são Honorários:

- 1- Dr. Carlos Filipe Camelo
- 2- Eng.^a Cristina Sousa
- 3- Dr. Paulo Caetano
- 4- Presidente da Freguesia de Santa Comba - Sr.^o Paulo Santos
- 5- Gerente da empresa Móveis Sancho e Filhos, Sr.^o Emílio Sancho
- 6- Gerente da empresa Rui Portugal Automóveis, Sr. Rui Portugal
- 7- Gerente da empresa CliniSeia, Dr.^o Diogo Saraiva
- 8- Presidente do Grupo Sinergiae, Eng.^o José Pimentão
- 9- Gerente da empresa Snack Bar Tuti-Fruti, Sr.^o Rui Ferrão
- 10- Gerente da empresa Ldesing, Sr.^o José Loureiro
- 11- Gerente da empresa losbrinde, Sr.^o Carlos Santos

A nível de quotas pagam os efetivos e os auxiliares os seguintes valores:

- a) 0 aos 5 anos – 3€
- b) 6 aos 17 anos – 6€
- c) 18 aos 64 anos – 12€
- d) + 65 anos – 9€

- 15) Não existe nenhum tipo de parceria ativo.
- 16) Participação e divulgação do MC em provas e caminhadas.
- 17) Jovens até aos 18 anos e atletas com mais de 35 anos.
- 18) Positivo, visto existir um aumento de atletas principalmente jovens.
- 19) Não.
- 20) Sim. Associação de Atletismo da Guarda, Federação Portuguesa de Atletismo, Federação Portuguesa de Atletismo de Veteranos e INATEL.
- 21) Não. Aguardamos resposta do Município para cedência de escola em Vila-Chã.
- 22) Do Município de Seia através do PAADF. Da nossa parte achamos adequado. Gostaríamos de ter outro apoio a nível dos equipamentos (sede+viatura), mas aceitamos e valorizamos o esforço que o Município faz para nos apoiar em tempos tão difíceis.
- 23) Não.
- 28) Não.
- 29) Não.
- 30) Da nossa parte não existe nenhum especto a melhorar, visto o relacionamento ser excelente e quando pretendemos ser ouvidos não existe qualquer dificuldade.
- 31) Sim. Essencialmente, gostaríamos de trabalhar mais em BackOffice com as associações locais ligadas ao atletismo, a fim de encontrar um plano para potenciar os atletas formados e partilharmos as boas práticas existentes em cada uma delas. Com as outras Associações também sim, visto se poder trabalhar e efetivar parcerias que possam potenciar o trabalho de todos, com o objetivo de cada vez mais servimos melhor as populações.
- 32) Com todo o gosto. Mas com a ressalva de ser para trabalhar e não para lavar roupa suja do passado. Algo ao qual já assistimos e não gostámos, visto reduzir os tempos de trabalho, sendo depois difícil fazer-se um trabalho positivo.

Nota: A numeração 2 está repetida no questionário 2 vezes nas perguntas, pelo qual fizemos uma resposta sem esta repetição, fazendo uma numeração sequencial.

Resposta redigida por Paulo Garcia em 21 de Abril de 2013.

ANEXO V- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

QUADRO 7 – TIPOLOGIAS ESPECÍFICAS DE ASSOCIAÇÕES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL⁴²

Tipologias Específicas	Regime Jurídico
Bombeiros	Lei nº 32/2007, de 13 de Agosto Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de Junho
Caçadores	Lei nº 173/99, de 21 de Setembro, art.º 45.º Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de Agosto, (art.º 149º a 151º), alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2005, de 24 de Novembro
Centros de Cultura e Desporto	Decreto-Lei nº 61/89, de 23 de Fevereiro, artigos nº 61º a 65º
Desenvolvimento Regional	Decreto-Lei nº 88/99, de 19 de Março, alterado pelo Decreto-Lei nº 540/99, de 13 de Dezembro Portaria nº 282/99, de 26 de Abril
Desportivas	Decreto-Lei nº 144/93, de 26 de Abril Decreto-Lei nº 272/97, de 8 de Outubro Decreto-Lei nº 279/97, de 11 de Outubro Lei nº 112/99, 3 de Agosto Lei nº 30/04, de 21 de Julho alterada pela Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro
Educação Popular	Decreto-Lei nº 384/76, de 20 de Maio Reconhecimento: Lei nº 34/2003, de 22 de Agosto
Estudantes	Lei nº 33/87, de 11 de Julho com as alterações dadas pelas Lei nºs: 36/87, de 12 de Dezembro; 32/88, de 5 de Fevereiro e 35/96, de 9 de Agosto Decreto-Lei nº 91-A/88, de 16 de Março com as alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 54/96, de 22 de Maio
Juvenis	Lei nº 6/02, de 23 de Janeiro, com as alterações dadas pela Lei nº 23/2006, de 23 de Junho Lei nº 124/99, de 20 de Agosto Lei nº 2/82, 15.De Janeiro, com as

⁴² Informação retirada do Diário da República, disponível em www.dre.pt, assim como na sua versão em papel

	<p>alterações dadas pela Lei nº 12/85, de 20 de Junho</p> <p>Registo: Portaria nº 1228/2006, de 15 de Novembro</p> <p>Portaria nº 1227/2006, de 15 de Novembro</p> <p>Apoios: Portaria nº 1230/2006, de 15 de Novembro</p> <p>Portaria nº 239/2007, de 9 de Março</p> <p>Portaria nº 834/2007, de 7 de Agosto</p> <p>Portaria nº 17/2007, de 9 de Fevereiro</p>
Religiosas	<p>Lei nº 16/01, de 22 de Junho</p> <p>Registo: Decreto-Lei nº 134/2003, de 28 de Junho</p> <p>Concordata – Resolução da Assembleia da República nº 74/2004</p> <p>Código Direito Canónico</p>
Solidariedade Social	<p>Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro com as alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 89/85, de 1 de Abril</p> <p>Decreto-Lei nº 402/85, de 11 de Outubro</p> <p>Decreto-Lei nº 29/86, de 19 de Fevereiro</p> <p>Decreto-Lei nº 9/85, de 9 de Janeiro</p> <p>Registo: Portaria nº 139/2007, de 29 de Janeiro,</p> <p>Solidariedade Social: Portaria nº 778/83, de 23 de Julho com as alterações dadas pela Portaria nº 63/96, de 28 de Fevereiro;</p> <p>Saúde: Portaria nº 466/86, de 25 de Agosto;</p> <p>Educação: Portaria nº 860/91, de 20 de Agosto</p>

QUADRO 8 - OUTRAS ASSOCIAÇÕES / ORGANIZAÇÕES E ESTATUTOS VÁRIOS⁴³

Conteúdo	Regime Jurídico
----------	-----------------

⁴³ Informação retirada do Diário da República, disponível em www.dre.pt, assim como na sua versão em papel

Associativismo Cultural	Lei nº 123/99, 20. De Agosto Decreto-Lei nº 128/2001, de 17 de Abril
Estatuto de Utilidade Pública	Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 391/2007, de 13 de Dezembro e pela Declaração de Retificação nº 5-B/2008, de 11 de Fevereiro Despacho Normativo nº 147/82, de 16 de Julho Registo: Decreto-Lei nº 57/78, de 1 de Abril, Portaria nº 315/78, de 12 de Junho, Decreto-Lei nº 151/99, de 14 de Setembro com as alterações dadas pela Lei nº 60-A/2005, de 30 de Dezembro Extensão da declaração de utilidade pública às cooperativas: Decreto-Lei nº 425/79, de 25 de Outubro Equiparação a Pessoas de Utilidade Pública: Decreto-Lei nº 213/2008, de 10 de Novembro e Listagem
Estatuto Dirigente Associativo Estudantil	Decreto-Lei nº 152/91, de 23 de Abril, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 55/96, de 22 de Maio
Estatuto Dirigente Associativo Voluntário	Lei nº 20/2004, de 5 de Junho
Estatuto Legal do Mediador Sociocultural	Lei nº 105/2001, de 31 de Agosto
Estatuto Social do Bombeiro	Lei nº 21/87, de 20 de Junho, com as alterações dadas pela Lei nº 23/95, de 18 de Agosto
Estruturas Representativas – Uniões / Federações e Confederações	IPSS – Decreto-Lei nº 224/96, de 26 de Novembro
	Decreto-Lei nº 74/99, de 16 de Março, com as alterações dadas pela Lei nº 160/99, de 14 de Setembro

Mecenato	Lei n° 109-B/2001, de 27 de Dezembro Lei n° 26/2004, de 8 de Agosto Estatuto Mecenato Científico: Lei n° 26/2004, de 8 de Agosto
Rede Social	Decreto-Lei n° 115/2006, de 14 de Junho
Voluntariado	Lei n° 71/98, de 3 de Novembro Decreto-Lei n° 389/99, de 30 de Setembro Programas: Portaria n° 745-G/96, de 18 de Dezembro Portaria n° 1316/2001, de 27 de Novembro

QUADRO 9 - OUTRA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL⁴⁴

Conteúdo	Regime Jurídico
Direito de Participação Procedimental e Ação Popular	Lei n° 83/95, de 31 de Agosto, com a Retificação dada pela Lei n° 4/95, de 12 de Outubro
Instalação de Estabelecimentos de Apoio Social	Decreto-Lei n° 64/2007, de 14 de Março
Parcerias Público-Privadas	Decreto-Lei n° 86/2003, de 26 de Abril (n.º 3 do artigo 2.º)
Quadro Genérico do Financiamento do Sistema de Solidariedade Social e de Segurança Social	Decreto-Lei n° 331/2001, de 20 de Dezembro alterado pela Lei n° 107-B/2003, de 31 de Dezembro
Regime Especial de Constituição das Associações	Lei n° 40/2007, de 24 de Agosto e Portaria n° 1441/2007, de 7 de Novembro
	Decreto-Lei n° 133-A/97, de 30 de

⁴⁴ Informação retirada do Diário da República, disponível em www.dre.pt, assim como na sua versão em papel

Regime de Licenciamento e Fiscalização dos Estabelecimentos e Serviços de Apoio Social no âmbito da Segurança Social	Maio com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n° 268/99, de 15 de Julho
Regime Jurídico do Registo Nacional de Pessoas Coletivas	Decreto-lei n° 129/98, de 13 de Maio com as alterações dadas pelos: Decreto-Lei n° 12/2001, de 25 de Janeiro; Decreto-Lei n° 323/2001, de 17 de Dezembro; Decreto-Lei n° 2/2005, de 4 de Janeiro; Decreto-Lei n° 6/2005, de 17 de Fevereiro; Decreto-Lei n° 111/2005, de 8 de Julho; Decreto-Lei n° 76 A/2006, de 29 de Março; Decreto-Lei n° 125/2006, de 29 de Junho; Decreto-Lei n° 8/2007, de 17 de Janeiro; Decreto-Lei n° 247 B/2008, de 30 de Dezembro; Decreto-Lei n° 122/2009, de 21 de Maio e pela Lei n° 29/2009, de 29 de Junho.

QUADRO 10 – CONTABILIDADE E FISCALIDADE⁴⁵

Conteúdo	Regime Jurídico
Normalização Contabilística Entidades do Sector Não Lucrativo – ESNL	Decreto-lei n° 36-A/2011, de 9 de Março Demonstrações Financeiras: Portaria n° 105/2011, de 14 de Março Código de Contas Específico: Portaria n° 106/2011, de 14 de Março
Plano Oficial de Contabilidade (POC), para generalidade das empresas do sector privado	Decreto-Lei n° 410/89, de 21 de Novembro com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n° 238/91, de 2 de Julho Decreto-Lei n° 127/95, de 01 de Junho Decreto-Lei n° 44/99, de 12 de Fevereiro Decreto-Lei n° 79/2003, de 23 de Abril Decreto-Lei n° 35/05, de 17 de Fevereiro
Plano Oficial de Contabilidade para	

⁴⁵ Informação retirada do Diário da República, disponível em www.dre.pt, assim como na sua versão em papel

<p align="center">as Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes – PROFAC</p>	<p>Decreto-Lei nº 74/98, de 27 de Março</p>
<p>Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação – POC-E, para serviços e organismos do ME e organizações sem fins lucrativos</p>	<p>Portaria nº 794/00, de 20 de Setembro</p>
<p>Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Saúde – POCMS, para serviços e organismos do MS e organizações sem fins lucrativos</p>	<p>Portaria nº 898/00, de 28 de Setembro</p>
<p align="center">Regime de Regalias e Isenções Fiscais das Pessoas Coletivas de Utilidade Pública</p>	<p>Lei nº 151/99, de 14 de Setembro, alterada pelo artigo 50.º, n.º 4 da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2006</p>
<p align="center">Regime Fiscal das Organizações da Sociedade Civil</p>	<p>IRC: Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro (artigos 1.º, 2.º, 3.º, 10.º, 11.º e 119.º) com as alterações dadas pelo Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de Julho</p> <p>Estatuto dos Benefícios Fiscais: Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho, revisto pelo Decreto-Lei nº 198/2001, de 3 de Julho</p> <p>Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis: Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro (art.º 6.º)</p> <p>IVA: Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro (Capítulo II)</p> <p>Imposto de Selo: Lei nº 150/99, de 11 de Setembro, alterada pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro</p> <p>Isenção do Imposto Municipal sobre Veículos – Decreto-Lei nº 143/78, de 12 de Junho</p>

	<p>Isenção de Imposto de Circulação e Camionagem: Decreto-Lei nº 89/98, de 6 de Abril</p> <p>Isenção do Imposto Automóvel – Decreto-Lei nº 27/93, de 12 de Fevereiro (Lei nº 30-C/2000, de 29 de Dezembro – altera o art.º 3.º</p>
--	--

ANEXO VI – ASSOCIAÇÕES DISTRIBUÍDAS SEGUNDO A SUA ATIVIDADE

	NOME
	Ranchos
1	Rancho Folclórico de Seia
2	Rancho Folclórico “Os Pastores” de S. Romão
3	Rancho Folclórico de Paranhos da Beira
4	Rancho Folclórico “Estrela D’Alva” de Vila Cova
5	Rancho Folclórico Etnográfico “Os Camponeses” da Teixeira
	Orfeões
6	Orfeão de Seia
7	Orfeão de S. Romão
	Grupos de Cantares Tradicionais
8	Grupo de Cantares Tradicionais de Paranhos da Beira
9	Grupo de Música Popular “Canto da Velha”
10	Grupo de Música Popular “Memórias”
11	Grupos de Cantares "Balancé da Cabeça"
12	Grupo de Concertinistas Montes Hermínios
	Orquestras
13	Orquestra Juvenil da Serra da Estrela
	Tunas
14	Tuna da Escola Dr. Guilherme Correia de Carvalho
15	Tuna da Escola Secundária de Seia
16	Tuna de Figueiredo
17	Tuna da Escola Profissional da Serra da Estrela
	Bandas Filarmónicas
18	Banda Philarmonica de Seia
19	Banda Academia de Santa Cecília, de São Romão
20	Sociedade Recreativa e Musical Loriguense
21	Banda Torroselense Estrela D’ Alva
22	Sociedade Musical “Estrela da Beira” de Santa Marinha
23	Banda 1º de Janeiro Rua S. Silvestre, n.º 4
24	Associação Musical e Juvenil de Tourais
	Associações Desportivas
25	Associação Cultural e Desportiva de Corgas
26	Associação Cultural e Recreativa da Senhora Do Desterro
27	Associação Cultural e Recreativa Vodrense
28	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Alvoco da Serra
29	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Sameice
30	Associação Cultural, Recreativa e Instrução da Folgosa da Madalena

31	Associação Cultural, Social e Recreativa da Folgosa do Salvador
32	Associação de Caça Recreativa e Desportiva de Girabolhos
33	Associação de Caçadores e Pescadores de Paranhos da Beira
34	Associação de Desporto e Recreio de Maceira
35	Associação de Recreio e Instrução de Santa Comba
36	Associação Desportiva de Paranhos da Beira
37	Associação Desportiva de São Romão
38	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Lapa de Tourais
39	Associação Desportiva, Cultural e Recreativa do Carvalhal da Louça
40	Associação Operária de Vila Cova
41	Associação Desportiva e Cultural do Pessoal da Metalúrgica Vaz Leal
42	Associação Desportiva de S. Romão
43	Associação Recreativa e Desportiva de Vila Chã
44	Centro de Atletismo de Seia
45	Centro Cultural e Recreativo de Sandomil
46	Centro Cultural e Recreativo de Vila Verde
47	Centro Desportivo de Girabolhos
48	Centro Desportivo e Recreativo de Quintela
49	Clube de Caça e Pesca da Vila Chã
50	Clube de Ténis de Seia
51	Clube de Caça e Pesca de Sameice
52	Clube de Caça e Pesca de Seia
53	Clube de Futebol “Os Estrelas” da Lapa dos Dinheiros
54	Clube de Xadrez de Seia
55	Clube Desportivo de Vide
56	Clube Desportivo e Recreativo de Santa Marinha
57	Clube de Montanhismo de Seia
58	Clube BTT de Seia
59	Escola de Desporto Carlos Franco – Associação
60	Futebol Clube Teixeiraense
61	Futebol Clube de Folhadosa
62	Grupo de Apoio Social, Cultural e Desportivo de Cabeça
63	Grupo Motard Amigos "Serranos" GMAS
64	Grémio Torroselense Estrela D’Alva
65	Grupo Cicloturismo de Santiago
66	Grupo Desportivo “Os Amigos de Santiago”
67	Grupo Desportivo Loriguense
68	Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Lajes
69	Grupo Recreativo, Desportivo de Folhadosa
70	Juventude Associativa de Santa Comba
71	Liga dos Amigos de Vasco Esteves de Baixo
72	Liga Juventude e Desporto de Arcozelo
73	Maratona Clube de Vila Chã

74	Seia Basket
75	Núcleo Sportinguista do Concelho de Seia
76	Seia Futebol Clube – SFC
77	Sena Clube
78	Sociedade Lusitana de Instrução e Recreio de Pinhanços
79	Sociedade Recreativa de Alvoco da Serra
80	Sporting Clube de Travancinha
81	Sporting União de São Martinho
82	União Desportiva e Cultural de Carragozela
83	União Recreativa de Santa Eulália
	Associações Recreativas
84	ARTIS- Associação Juvenil de Arte e Imagem de Seia
85	Associação Cultural e Recreativa da Catraia de S. Romão
86	Associação Cultural e Social de Aldeia de S. Miguel
87	Associação Cultural e Recreativa do Chaveiral
88	Associação Recreativa e Cultural de Vale de Igreja
89	Associação Cultural e Recreativa de Sazes da Beira
90	Associação de Beneficência Social e Cultural de Tourais
91	Associação Equestre "Entre Amigos"
92	Associação de Melhoramentos do Casal de Travancinha
93	Associação dos Amigos da Teixeira
94	Associação de Artesãos da Serra da Estrela
95	Associação dos Antigos Alunos do Colégio Dr. Simões Pereira
96	Associação Recreativa do Aguincho
97	Associação de Melhoramentos da Ortigueira
98	Associação dos Naturais e Amigos de Loriga
99	Associação Senense Intercâmbios Culturais e Geminações
100	Associação Popular de S. Martinho
101	Associação Clube Mini da Serra da Estrela
102	Associação Cultural e Recreativa dos Vales
103	Centro Cultural e Recreativo “Os Viriatos”
104	Casa da Juventude D ^a Ana Nogueira
105	Centro Cultural e Recreativo de Vila Verde
106	Centro Recreativo e Cultural do Pereiro
107	Centro Social, Cultural e Recreativo de Paranhos da Beira
108	Centro Paroquial de Cultura Vila Cova
109	Clube Recreativo e Educativo Valesinense
110	Comissão de Melhoramentos de Aldeia da Serra
111	Comissão de Melhoramentos das Corgas
112	Comissão de Melhoramentos do Casal de Travancinha
113	Comissão de Melhoramentos de Cabeça de Eiras
114	Comissão de Melhoramentos do Gondufo

115	Comissão de Melhoramentos de Casal do Rei
116	Comissão de Melhoramentos da Póvoa-Nova
117	Grupo de Fados de Loriga
118	Junta de Agricultores da Lapa dos Dinheiros
119	Liga dos Amigos de Frádigas
120	Liga dos Amigos do Hospital N. Sra. Da Assunção
121	Movimento de Jovens de Santiago
122	Rotary Clube de Seia
123	Associação Popular de São Martinho
124	Associação Académica da Escola Superior de Turismo e Hotelaria
125	Confraria de Nossa Senhora do Desterro
	Serviços Educativos
126	PRO SENA, S.A. (Escola Profissional)
	Associações Humanitárias
127	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Seia
128	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Romão
129	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários De Loriga
130	Caritas Paroquial de Seia
131	Associação Humanitária de Paranhos
132	Associação Humanitária de Sandomil
133	Associação Humanitária Social e Cultural de Pinhanços
134	Associação de Solidariedade Social de Sameice
135	Associação de Beneficência e Solidariedade das Lajes
136	Solar do Mimo - Centro de Acolhimento de Crianças em Risco
137	Delegação da Cruz Vermelha em Seia
138	Associação de Beneficência do Sabugueiro Centro Social

ANEXO IX - ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DE SEIA
